



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE**

**PRESIDENTE: PAULO FRANGE**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27/04/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Está aberta a sessão da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente para tratar do PL 204/2018, PIU Jurubatuba. Suspendemos até que as pessoas se acomodem no recinto.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Frange.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Reaberta a sessão. Bom dia, senhoras e senhores. Presentes os Vereadores: Donato, Ely Teruel, Paulo Frange, Rodrigo Goulart, Sílvia da Bancada Feminista e Cris Monteiro.

Na qualidade de presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da sétima audiência pública do ano 2022.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br), em Auditórios *Online*, no *link* Auditório Virtual.

As realização desta audiência pública foi divulgada no jornal *Folha de S.Paulo* nos dias 18 e 19 de abril de 2022 e vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde 12 de abril de 2022.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo e poderão ser feitas também de forma presencial com os secretários da Comissão. Informo aos senhores que quem quiser se inscrever para pronunciamento poderá fazê-lo avisando a Sra. Eliane. É só dar o nome que nós iremos chamar. Cada inscrito terá três minutos para falar. Depois, se necessitar se reinscrever por alguma razão, estaremos à disposição na Mesa. Em determinado momento, avisaremos sobre o encerramento das inscrições. A partir de então, daremos continuidade aos trabalhos.

Esta audiência visa a apreciar o PL 204/2018, do Executivo – Prefeito Bruno Covas, que aprova Projeto de Intervenção Urbana para o perímetro do Arco Jurubatuba, em atendimento ao inciso III do § 3º do artigo 76 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014; e cria as áreas de intervenção urbana Vila Andrade, Jurubatuba e Interlagos.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs.: José Armênio de Brito Cruz,

Secretário-Adjunto da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL; Rodrigo Bagnatori Ribeiro, Diretor de Desenvolvimento Urbano da SP Urbanismo, representando o Sr. Cesar Angel Boffa de Azevedo; Ana Carvalho de Moraes Barros, Analista de Desenvolvimento Urbano; Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcellos, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, representando o Secretário Eduardo de Castro; Carlos Alberto de Oliveira Santos, Subprefeito da Capela do Socorro; João Paulo Lo Prete, Subprefeito de M'Boi Mirim, representado nesta audiência pelo Sr. Silvio Ricardo Pereira dos Santos, Chefe de Gabinete; e Patrícia Penna Saraiva, Subprefeita de Santo Amaro.

Vamos dar início à nossa apresentação para que vocês conheçam o projeto. Fará uso da palavra o Secretário Adjunto José Armênio de Brito Cruz para introdução ao tema. Tem a palavra, Armênio.

**O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ** – Bom dia a todos. Estou representando a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, que tem à frente o Secretário Marcos Duque Gadelho. Eu, pessoalmente, tive um envolvimento muito grande com o desenvolvimento desse projeto lá no Jurubatuba; a gente vai ficando velho e vai acumulando conhecimento. Há 20 anos, quando ainda era um projeto de operação urbana que se chamava Operação Urbana Polo de Desenvolvimento Sul, em 2002, tive oportunidade de participar do desenvolvimento. Tive a felicidade de encontrar o território de novo quando fui Presidente da São Paulo Urbanismo, de 2017 a 2020. Quando eu coordenava o pessoal da São Paulo Urbanismo, que está presente hoje – a Ana, que já estava lá; o Rodrigo, que é Diretor de Desenvolvimento de Projetos -, foi feito esse plano, que é uma parte da Macrozona de Estruturação Metropolitana.

O Plano Diretor Estratégico aprovado em 2014 na Câmara Municipal fez, na cidade de São Paulo, um formato, com Tietê e Pinheiros, que se chama Macrozona de Estruturação Metropolitana. Essa macrozona pega desde o Leste de Itaquera, dá a volta no Tietê inteiro e chega aqui no Jurubatuba. O Jurubatuba é a ponta Oeste-Sudoeste dessa macrozona.

Essa macrozona é muito grande. Para que ela tivesse parâmetros urbanísticos para desenvolvimento urbano, o Plano Diretor definiu que deveriam ser setorizados diversos projetos

de intervenção urbana, desde o Arco Tietê – que vocês devem ter ouvido falar -, o PIU Central, o Arco Pinheiros, o que foi chamado de Operação Urbana Bairros Tamanduateí, terminando com o Jurubatuba, aqui na ponta Sul da Cidade.

Esses setores, que são os PIUs, definem os parâmetros urbanísticos. O que é parâmetro urbanístico? O coeficiente de aproveitamento, os gabaritos, as taxas de ocupação. E quais os critérios para que esses parâmetros sejam definidos? O objetivo do Plano Diretor foi definir esses PIUS para que eles fossem sensíveis aos territórios. Então, cada território é um. Itaquera é diferente de Santo Amaro. São coisas diferentes. Às vezes, as demandas podem ser semelhantes, mas um tem represa, o outro não; um tem avenida Marginal, o outro não. Por isso digo que as características dos lugares são diferentes.

Aí, entro na característica para introduzir a apresentação que a Ana vai fazer. O território chamado PIU Jurubatuba carrega um binômio, dois elementos que estão sempre presentes na análise desse território: a questão social e a questão ambiental.

Em relação à questão social, dentro dos PIUs há essa característica de demanda habitacional com comunidades, núcleos de favelas ou habitações subnormais, como se queira chamar. É uma questão que tem que ser resolvida pelo PIU Jurubatuba. A outra questão, que não pode ser colocada de lado, é a ambiental, porque o limite do PIU Jurubatuba é uma APP estadual que passa ao Sul da planta que a Ana vai apresentar. Então, esse projeto de intervenção urbana trabalhou, no seu desenvolvimento, esse binômio: enfrentar e contribuir para resolver a questão habitacional nesse perímetro, que pega desde a Vila Andrade até a Billings, e, acima, próximo ao limite da Telefunken, até embaixo, na linha de APP que existe hoje.

Da perspectiva ambiental, o PIU está na porta de um dos mananciais da Cidade, ao Sul. Assim, o cuidado que ele deve apresentar é justamente o cuidado de uma área de manancial. Como o Vereador Paulo Frange disse, são três áreas de intervenção: a Vila Andrade, a Noroeste; a Jurubatuba, que pega a Península de Socorro e o Canal Jurubatuba também, até chegar a Interlagos. O trabalho do PIU foi a definição dos parâmetros urbanísticos de acessibilidade para essas três áreas. São assim definidas porque a Vila Andrade é diferente de

Interlagos, que é diferente... Quando eu digo diferente, o território é diferente; e eu falei ontem, na audiência, e já vou terminar dizendo que, no conceito de território que nós trabalhamos, o território não é só chão. O território é quem está em cima do chão, é a gente também. Nós também somos território. Então, quem precisa de casa é território também. A represa que precisa ter água limpinha para a gente tomar também é território. A rua por onde a gente anda é território também. Então, esse é o território na nossa abordagem.

Eu agradeço o convite da Câmara. Tenho certeza de que, com a contribuição dos Vereadores Goulart, Frange, Silvia e Nomura, certamente a gente está à disposição. Eu agora estou na secretaria. A empresa a nós vinculada, a São Paulo Urbanismo, pode receber as sugestões que os senhores vão colocar agora e que os Vereadores vão nos passar, para a gente tentar melhorar esse projeto, porque essa é uma área muito importante da Cidade. Eu tenho essa convicção.

Podemos fazer a Cidade ser melhor e pagar determinadas dívidas que a Cidade tem, até com o meio ambiente. No Jurubatuba, a gente tem condições de ver o rio, como não ocorre mais no Tietê, em cima, perto da Vila Maria ou mesmo no Rio Pinheiros, perto da USP. É difícil se chegar perto do rio. Aqui não está tão longe. Ainda há possibilidade.

Então, o PIU procurou tematizar essas questões. Eu agradeço a presença dos senhores. Eu estou aqui à disposição e enquanto estiver, na Prefeitura, estou à disposição dos senhores, para a gente melhorar o trabalho.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Ana Carvalho, para fazer a apresentação.

**A SRA. ANA CARVALHO DE MORAES BARROS** – Bom dia a todos. Em nome do nobre Vereador Paulo Frange, cumprimento todos os Vereadores. Sou Subprefeita de Santo Amaro. Em nome da Sra. Tereza, que já conheço de outras audiências, cumprimento a população.

Vou fazer uma breve apresentação, uma síntese do projeto e vou identificar alguns

pontos específicos que eu acho que são importantes. O Projeto de Intervenção Urbana do Arco Jurubatuba é o PL 204/2018, que está na Câmara. Qual é o contexto? Como o Sr. José Armênio colocou, ele é o perímetro da macroárea de estruturação metropolitana, a área com maior potencial de transformação da Cidade, que se encontra no limite Sul. É a última área antes da área dos mananciais.

O que a gente verifica, na Cidade, é uma concentração de empregos nessa mancha roxa. Ela ainda não entrou. Existe, no Jurubatuba, mas não está totalmente consolidada. Nós temos que cuidar dessa transição, mas que ela não chegue à área de mananciais.

Próximo *slide*, por favor. O nosso grande desafio é conduzir. Falo do vetor de expansão imobiliária que a gente tem, a Água Espriada, a Faria Lima e todo esse mercado, de tal forma que ele penetre no território do Jurubatuba, mas, com muito cuidado, em função da transição da área de mananciais e que ele vá em direção também à Guido Caloi, atravessando o rio, onde não há emprego, mas há muitas moradias. Então, é o equilíbrio emprego-moradia na cidade de São Paulo, com atenção especial, por ser uma área de transição para a macroárea de controle e qualificação ambiental. Essa é uma vista que eu acho muito interessante na Cidade: É o encontro do Rio Jurubatuba com o Canal Guarapiranga e a represa. Está aí o Rio Pinheiros. Isso mostra a delicadeza, o cuidado que nós temos que ter para intervir nessa região.

Próximo *slide*, por favor. O PL define. Nós tínhamos o perímetro definido pelo plano diretor e os estudos do projeto de intervenção urbana. No território, foram delimitados três perímetros de adesão. Foram propostas três áreas de intervenção urbana: Vila Andrade, Jurubatuba e outra em Interlagos. O perímetro tracejado é o perímetro expandido. Quer dizer, serão atendidos com infraestrutura e habitação, mas não são áreas de adesão, onde se altera parâmetro. O parâmetro que vale de perímetro expandido é o parâmetro da lei de parcelamento e uso e ocupação do solo.

Aí eu já faço um primeiro aparte, que foi interessante, durante o desenvolvimento do projeto. A Prefeitura já tinha dois projetos em desenvolvimento, o Renova São Paulo, que pegava parte, porções do território.

Então o que nós fizemos? Nós mudamos o perímetro expandido, para que incorporasse todo o perímetro dos dois projetos do Renova, que estão em desenvolvimento na Secretaria da Habitação.

Tudo isso que eu falo são coordenações que a gente vai fazendo entre os órgãos e vai aprimorando o projeto.

Próximo *slide*, por favor. Então, qual que é o nosso cenário atual? Há uma área de dois mil hectares. Há 135 mil habitantes. Há 6,4 metros quadrados de área verde por habitante, mas há 0,5 emprego por habitante,

O que a gente quer ter como um cenário futuro? A gente quer ter um adensamento maior. Então, a gente passa de uma densidade habitacional de 62 para 97. A gente faz um acréscimo, mais de 130 hectares de áreas verdes públicas. Trinta por cento vão ser destinados, no mínimo, para habitação e para obras de infraestrutura de mobilidade.

O objetivo é sempre haver habitação e emprego, reduzindo o deslocamento das pessoas para trabalharem e se melhore a qualidade de vida. Ninguém precisa perder duas ou três horas no trânsito para ir trabalhar e perder essas horas de lazer.

A gente parte da Lei de Zoneamento, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, que definiu todas essas zonas. E quando vamos fazer o projeto, nós nos debruçamos sobre essa base, analisa toda a possibilidade de intervenções, analisa as áreas de transformação, as áreas com maior vulnerabilidade, e fazemos uma proposta de sobrecamada de parâmetros urbanísticos, associada a programas de melhoramento, tanto habitacional quanto ambiental, de mobilidade e econômico.

O que eu queria destacar? Aqui, no Jurubatuba, perto da estação, há, na lei de zoneamento, duas ZDEs. Essas ZDEs, Zonas de Desenvolvimento Econômico, não permitem o uso R2V. E por quê? Quando a gente verificou, nos estudos, principalmente na Eusébio Stevaux, onde vai haver corredor de ônibus, vemos que a transformação do território já tinha começado. A gente verifica vários prédios, mas quando veio o ZDE, essa transformação foi interrompida. Então, voltamos a analisar esse território e consideramos que é um potencial de transformação,

considerando o corredor que vai ser implantado ali.

A ZPI é uma área muito ativa. Há empregos de altos salários, principalmente em indústria química. Então, não é uma área de grande transformação a princípio. Há um território de ZEIS. Há zonas mistas na Vila Andrade, com ZEIS.

Próximo *slide*, por favor. Então a gente fez uma análise e propôs novos parâmetros adequados à proposta de transformação do território, tanto de infraestrutura, como de atendimento de vulnerabilidade, como qualificação ambiental. Então, por exemplo, junto à Guido Caloi - como vocês podem ver -, são áreas de maior adensamento, porque hoje há lá a Estação Santo Amaro do metrô. Vai haver um terminal de ônibus e há o corredor que passa pela Caldeira. Ali na Vila Andrade também há as ZEIS, que vão ser todas mantidas com os parâmetros de ZEIS, mas há uma Zona Mista, que já está com uma verticalização muito maior do que o parâmetro da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Por isso, nós alteramos também essa proposta e propusemos uma área de adensamento para o Corredor da Eusébio Stevaux.

Essas manchas marrom-escuras são um adensamento maior, e elas estão ancoradas no prolongamento da Chucri Zaidan. Passando a Avenida João Dias, é possível ver no Plano de Melhoramentos Viários uma grande avenida que vai se conectar até o centro de Santo Amaro e depois há uma ponte que conecta com a Avenida Guido Caloi. Por isso essas são as áreas de maior adensamento proposto.

O programa de intervenções de qualificação do habitat incorpora não só habitação, como também a implantação de equipamentos. Algumas áreas já têm proposta de adensamento para Habitação de Interesse Social, e os recursos destinados vão além do mínimo de 30%. Nós temos o projeto estratégico de Interlagos, cuja contrapartida, a receita gerada com Interlagos, vai ser uma desestatização de 40% destinados ao atendimento das ZEIS junto a Interlagos, além da cota de solidariedade do restante de todo o projeto de intervenção. Hoje há 10% do território do Arco Jurubatuba classificado como ZEIS, como é possível ver naquele gráfico à direita. Dessas ZEIS, 75% são de ZEIS 1.

Vocês que participaram das audiências sabem que todas as ZEIS estão listadas no



mapa da lei. Um dos artigos que nós construímos juntos diz que todo mundo deverá ser atendido no raio máximo de um quilômetro de distância de estações de transporte público, seja metrô, sejam corredores de ônibus. Também no Programa de Intervenções, as grandes ligações viárias, que eu acho que são importantes.

Então, como eu destaquei, há a proposta de prolongamento da Avenida Chucri Zaidan até a Avenida Guido Caloi, através de uma ponte, ao longo da Avenida Mário Lopes, Leão, porque hoje a Ponte do Socorro é a mais sobrecarregada de transporte da Cidade. Como nós temos que pensar num Plano de Mobilidade que resolva a saturação do tráfego, nós propomos mais uma ponte ao longo da Avenida Mário Lopes Leão que conecta a Avenida Guido Caloi e que vai a todo o extremo Sul.

No número 2, à direita, no alto, é possível ver que a Avenida Nossa Senhora do Sabará se conecta à Avenida Adolfo Pinheiro, também uma ligação muito importante para Santo Amaro. A Avenida Eusébio Stevaux se conecta à Avenida Adolfo Pinheiro, já pensando que ali vai haver um corredor de ônibus e um adensamento. A continuação da Marginal Pinheiros é uma ligação muito importante para a Cidade, mas, retomando o que disse o José Armênio, é uma avenida que tem que ter uma qualidade ambiental e tem que ser efetiva na dinâmica do transporte urbano. Por isso, para cada trecho que ela percorre, nós definimos características.

No primeiro trecho, quando ela é conectada ao Terminal de Santo Amaro, na estação de Santo Amaro, na Avenida Atlântica, duas pistas, uma avenida mais expressa, mas sempre com uma com canteiro central, como se fosse uma via parque. Quando ela passa Socorro, Jurubatuba, passa a ter uma característica mais de uma arterial, paralela ao parque, porque é o único espaço da Cidade que se aproxima do rio. Não se pode criar mais uma barreira entre a cidade e o rio. Nós estamos na borda da área de manancial, como se vê na imagem, e há um uso lindeiro, que nós queremos que seja mais dinâmico, que não seja apenas mais uma via expressa de alta velocidade, mas que tenha um caráter de via de bairro, arterial.

Nós, então, temos diretrizes para cada um dos trechos detalhados no projeto, seguindo essas diretrizes, e nós temos infraestrutura da Petrobras e de energia nessa faixa de

APP junto ao Jurubatuba, que tem que ser é conciliada nesse projeto. É por isso que não pode ser uma avenida de grandes cargas, porque isso compromete o oleoduto que passa embaixo. É só diretriz, não é um projeto detalhado, já que cada trecho deve ser detalhado. Mas isso eu espero em breve. Inclusive eu tenho respondido ao processo sobre a demanda da abertura da avenida.

Por último, a qualificação da Avenida Interlagos até a Ponte Vitorino Goulart, uma área plana, a princípio, junto ao rio onde está a Estação Jurubatuba de um lado do rio uma população que mora do outro lado, com muita dificuldade de acessar a estação. Essas transposições são todas não autorizadas que qualificam e facilitam o acesso a essas estações de transportes. Uma das propostas é junto à Estação Jurubatuba da CPTM; outra proposta sobre o Canal Guarapiranga para se chegar à Estação Santo Amaro, além de outra mais ao Sul junto ao Parque Aterro, uma área de lazer importante e que a cada ano está sendo requalificada e vai ser, com certeza, devolvida para a Cidade, um caráter ambiental muito importante.

Falando em transição, são diversos os parques propostos: O Parque da Orla, que é toda essa margem do Rio Jurubatuba; o Parque Telefunken, devido à antiga área da Telefunken, que contém uma área de risco que tem que ser descontaminada, e o projeto pode resolver esse problema; o Parque do Aterro; o Parque Interlagos e um parque definido pelo PDE.

**O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ** – Complementando isso que a Ana acabou de dizer, quando nós começamos a fazer o projeto em 2017, parecia que nós estávamos falando sozinhos, mas hoje não estamos mais. O Governo do Estado de São Paulo está tocando projeto de recuperação do Rio Pinheiros firmemente, e o rio hoje já está realmente diferente de como estava em 2017. O Governo agora está limpando certo, de cima para baixo, tirando a carga de esgoto que era lançada nesses rios. Apesar de nós não termos participado desse projeto, a perspectiva é que o Governo continue trabalhando nele; ou seja, nós estamos no rumo certo. Na Prefeitura, o Prefeito Ricardo Nunes criou a Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas, que também aborda a questão hídrica e outras ações.

Se lá atrás nós estávamos falando sozinhos, agora o diálogo com a Prefeitura e com

o Estado está caminhando nessa direção de não precisamos mais de nós para se desenvolver melhor.

Obrigado.

**A SRA. ANA CARVALHO DE MORAES BARROS** – Agora eu vou falar um pouco das diretrizes do Renova que nós incorporamos ao Norte da Vila Andrade. São diretrizes de mobilidade, visando sempre à melhoria do acesso da população e à qualificação do espaço. Para acessar a Estação Vila das Belezas, por exemplo, haverá a implantação de ciclovia. Todas as comunidades estão listadas nesse mapa e no mapa geral, e nós reconhecemos que elas estão aí.

O que acontece? Estamos falando de um plano. O projeto específico vai ser feito após aprovação da lei, quando tiver os recursos. E aí, então, cria-se o Conselho Gestor de ZEIS e se constrói o detalhamento desse projeto junto com todos. Então, este é um grande plano. Ele chama projeto, mas a gente sabe que é um grande plano de diretrizes e propostas estruturantes.

Na Vila Andrade tem as intervenções que devem conter os problemas das áreas de risco, como a relocação de todas as famílias que estão nessas áreas de risco e serão no perímetro, nas proximidades do local de remoção. Temos de olhar todos os córregos e fazer todo esse tratamento de requalificação dos córregos. Chegamos a conversar até com a companhia de energia, CTEEP, porque eles têm uma grande linha de alta tensão que atravessa esse território para fazer um programa de horta, de parque, que a comunidade possa aproveitar aquela área como lazer e outras coisas. Então, já conversamos com eles naquele momento. Eles estavam muito receptivos à proposta.

Para a área AIU Jurubatuba, então, estamos dando um zoom nessa transposição do Guarapiranga para acessar a Guido Caloi. Então, tem uma área de parque que qualifica a margem.

Estou trazendo só pequenos pontos do projeto. Vocês sabem que o projeto está mais detalhado - na lei até - para não ser muito exaustiva a apresentação.

O que é importante aqui quando a gente olha a Guido Caloi é a construção de uma

nova frente urbana do outro lado da Cidade, como se a gente não olhasse só o lado do Terminal Santo Amaro, não, a gente está promovendo uma transformação da Cidade também da outra área para que se crie emprego qualificado com moradia associada.

Então, vocês podem ver pelos esqueminhas, mas sempre com qualidade de área verde pensando que nós estamos na borda das represas e dos mananciais.

Vou dar um *highline* sobre a AIU Jurubatuba, ali na região do Socorro. Então, a ideia da Via Parque onde você tem, conforme o trecho que ela passar, uma qualificação diferente, uma classificação diferente. Então, no primeiro trecho é uma via com uma largura maior porque ela está associada a uma ponte. Quando ela atravessa o canal, então ela já começa a ter outro caráter, mas sempre pensando na área de mananciais e conectando a Avenida Santo Amaro ao metrô, à estação ali, a travessia do Jurubatuba. Vocês podem ver que essa imagem é uma simulação ali da área do Socorro.

Também na AIU Jurubatuba tem a transformação da Eusébio Stevaux ali à direita. Vocês podem ver a verticalização, porque vai passar corredor. Você tem uma área que começou a se transformar na 13.885 como zona mista.

Vou dar uma paradinha aqui na AIU Jurubatuba que é o seguinte, o centro de Santo Amaro é um centro histórico para Cidade muito importante. Sabemos toda força que ele tem por ser uma cidade, era ainda um município independente de São Paulo. A São Paulo Urbanismo fez projeto na década de 90 sempre cuidando desse território, então, a gente olhou e “bom, precisamos requalificar essa área”. Delimitamos um perímetro específico. O perímetro está relacionado à resolução do Conpresp de tombamento dessa área com o objetivo de você qualificar esse território principalmente em relação aos espaços públicos e ancorá-lo todo no novo projeto.

A cidade não para. A lei não foi aprovada, mas como tínhamos esse estudo, consultamos o DPH para revisão da resolução em função dos parâmetros urbanísticos e a São Paulo Urbanismo já está fazendo um projeto de requalificação desses espaços públicos, independente da lei do PIU.

Então, o que é interessante é que esses estudos que a gente faz abrem novas frentes em tempos diferentes. Temos ações de curto, médio e longo prazo.

O que é interessante aqui é que abrimos um processo de consulta junto ao DPH porque o DPH definiu a resolução, o Conpresp definiu gabaritos muito baixos para esse Centro Histórico. São gabaritos de 10, 13, sete metros. Tem uma ZEIS que está definida com o gabarito que é bem no centro de Santo Amaro com gabarito muito baixo. Vou mostrar para vocês. É um gabarito de sete metros.

Sabemos que um terreno no centro de Santo Amaro para atendimento de Habitação de Interesse Social com sete metros é muito pouco. Então, pedimos para rever esses parâmetros tomando cuidado com a defesa visual de todos os bens de Santo Amaro - tem o painel do Júlio Guerra que é muito importante ali na João Dias, tem um antigo Ateliê dele que é preservado - e junto as praças a gente tem isso muito claro. Você já tem prédios existentes com gabaritos mais altos. Então, junto à Praça Floriano Peixoto ali onde estão aquelas quadras demarcadas, a gente propõe novos gabaritos, gabarito de 28, que alinha com os prédios que já estão existentes. Então, esse é um trabalho paralelo que está sendo feito pela Prefeitura em relação ao PIU Jurubatuba até para viabilizar a ZEIS do centro de Santo Amaro.

Por fim, temos a AIU Interlagos que temos um melhoramento viário todo demarcado conectando ali na Vitorino Goulart, tem as alças, tem o melhoramento transversal da Avenida Atlântica, a implantação do Parque do Aterro, Parque Telefunken, ciclovia proposta, tem toda a reurbanização da ZEIS e a conexão com a estação. Quando olhamos a linha Sul saindo, melhorando a conexão quando você sai do autódromo. Temos uma proposta de passagem desnível melhorando a conexão para a Estação Interlagos, da CPTM.

Temos o projeto estratégico de Interlagos. Foi aprovada uma lei independente do PIU Jurubatuba para desestatização ou concessão ou alienação do Autódromo de Interlagos. O que esse projeto dá? Ele define a implantação se ocorrer a desestatização, seja alienação ou concessão, tem de se implantar o Parque Interlagos que todos tenham acesso; que a área do Lago, área de reserva, seja preservada; que ele se conecte a Cidade. Como já falei, 40% da

receita obtida com esse Parque vai ser destinada ao atendimento da ZEIS do entorno do Autódromo. Isso está na lei. Tem um artigo específico que define isso. Por isso que a ZEIS está demarcada ali no mapa.

Na questão de arrecadação, eu tenho uma observação a fazer. No momento da elaboração desse projeto, nós usamos uma metodologia de cálculo de arrecadação em cima da área total de transformação. E aí nós temos que pensar na demanda do mercado. Tem que fazer um paralelo entre oferta e demanda para analisar a receita atual do projeto. Essa arrecadação vai ser distribuída nos percentuais que vocês estão vendo de atendimento, conforme o programa de intervenções.

O programa de intervenções é vasto porque é um projeto a longo prazo e vamos fazendo pouco a pouco, conforme foi decidido pelo Executivo ao apresentar as prioridades para os conselhos gestores de cada AIU e aí vai se decidir o que vai ser feito.

Para cada AIU proposta, será constituído um conselho gestor com a participação paritária entre Poder Público e sociedade cujos representantes – lembro-me que na época da elaboração da Lei vocês até sugeriram mudar o número, as instituições que iriam participar - a gente fez uma proposta dos representantes, então, nove da sociedade civil, nove do Poder Público.

O que esse projeto traz? Cada AIU vai ter uma conta segregada dentro do Fundurb. Só que sabemos que algumas AIUs têm possibilidade de arrecadar mais do que as outras. Então, fizemos a possibilidade de canal comunicantes. Cumprido o programa, uma AIU poderá destinar recursos para outra AIU para atendimento habitacional. Sabemos que são propostas, perfis muito diferentes de cada uma delas. Acredito que estamos aqui no plenário para discutir e aprimorar cada vez mais o PL. Então todas as sugestões serão ouvidas. O Legislativo pode trabalhar no aprimoramento desse projeto de lei.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Ana. Antes de passar a palavra aos Srs. Vereadores, haverá uma reunião, daqui a pouco, do Prefeito Ricardo Nunes com os

Subprefeitos que estão presentes. Indago aos Srs. Subprefeitos se gostariam de fazer uso da palavra antes: Patrícia, Carlos. Estão presentes os Subprefeitos de M'Boi Mirim, Campo Limpo, Santo Amaro e Capela do Socorro. Silvio, algum comentário? (Pausa) Okay.

Vamos começar a passar a palavra aos Vereadores, se os senhores quiserem depois se ausentar em função da reunião com o Executivo, fiquem à vontade.

Tem a palavra o nobre Vereador Antonio Donato, que conhece bem o assunto.

**O SR. ANTONIO DONATO** - Bom dia a todos. Quero agradecer a presença de todos que se deslocaram até esta audiência pública, cumprimentar Presidente Paulo Frange, todos os meus colegas Vereadores: Nomura, Silvia, Ely Teruel, Goulart, Cris Monteiro. Quero cumprimentar todos os representantes do Executivo, e dizer que consideramos importante esse PIU. Ele pode de fato, contribuir para uma transformação positiva de toda uma área da zona Sul, mas temos algumas preocupações, principalmente no que diz respeito aos investimentos na Habitação.

O PIU está estruturado com uma série de intervenções como demonstrou a Ana, mas aquela região tem uma característica muito particular, diferente de outras áreas de intervenção urbana. Discutimos isso na primeira votação. Estão listadas 78 favelas, comunidades na área de intervenção e perímetro estendido do PIU. A perspectiva de arrecadação me parece que não está muito clara, porque na imprensa foi falado em 6 bi, no plenário aqui se falou em 8 bi e a Ana apresentou aqui um número de 1.900, mas tem um estudo mais positivo que é de 2 bi e 600.

Acreditamos ser importante, na medida em que não temos outros instrumentos, produzir Habitação de Interesse Social custa caro, fazer intervenção custa caro. O programa que existia, o Minha Casa Minha Vida que estruturava política de Habitação de Interesse Social no País todo, praticamente não existe mais. Os Municípios têm que se virar e aqui temos uma oportunidade de arrecadação.

Então temos que concentrar essa arrecadação muito em produção de Habitação de Interesse Social. Acreditamos ser importante aumentar esse percentual que está em 30% para pelo menos 40% ou até mais, mesmo que isso prejudique alguma intervenção de outra área.

Mas é fundamental que possamos atender essas famílias que estão em todas essas comunidades. Essa é primeira coisa que gostaríamos de discutir.

Além disso, o PIU garante o atendimento das famílias na área do PIU - se eu entendi bem o que está escrito. Mas o PIU é constituído por três áreas distintas, três AIUs. Acho que seria importante garantir o atendimento das famílias em cada AIU. Quem é da Vila Andrade deve ser atendido na Vila Andrade. Quem é de Interlagos deve ser atendido em Interlagos, para não haver o risco de alguém da Vila Andrade ir para Interlagos, porque acredito que isso possa desestruturar muito toda a vida da família, todo o atendimento que nós temos lá.

Essas são algumas questões. É importante a constituição dos conselhos de ZEIS o quanto antes, para que eles possam, efetivamente, participar do debate, do detalhamento da intervenção, fundamental até, porque lá, como já foi dito, é área do Renova, tem o Pirajussara 7, já existe uma organização que pode colaborar muito para formular. Por isso estou falando mais da área da Vila Andrade, mas é evidente que Interlagos também tem uma organização, uma estruturação.

O PIU, pelo que eu entendi aqui do estudo econômico, a arrecadação será basicamente no Jurubatuba. Pelas minhas contas, 86,5%. A Ana explicou que são três contas, elas se comunicam, mas isso precisa ficar claro para que não tenhamos prejuízo para Habitação de Interesse Social que vai estar, principalmente, na Vila Andrade e Interlagos. Em Jurubatuba, muito pouco.

Temos uma situação emergencial lá que gostaria de dialogar aqui com o pessoal da São Paulo Urbanismo, mas principalmente com a Secretaria de Habitação - não sei se há representante aqui. Foi apresentado aqui o Linhão da CTEEP que tem projetos de estruturação, só que tem 2 mil famílias com ordem de despejo, com ação de reintegração de posse nesse Linhão. Não podemos ignorar essas famílias. Infelizmente a postura da Secretaria de Habitação foi dizer: esse problema é da CTEEP com os moradores. Esse é um problema da cidade e da Secretaria de Habitação e se temos esse instrumento que é o PIU, temos que de alguma forma que convidar a CTEEP para ter uma negociação com a Secretaria de Habitação. Essa demanda



está incorporada no PIU dessas famílias que hoje é o principal problema, o problema de curto prazo lá que precisamos tratar. Sei que as questões aqui são de médio e longo prazo, mas é possível, talvez, dando uma perspectiva de atendimento dessas famílias, ter outra negociação judicial e com a própria CTEEP.

Gostaria de fazer essa colocação aqui e dizer que acredito ser importante para que possamos tratar dessa questão no bojo do PIU, ainda que ela, obviamente, não é gerada pela situação do PIU, mas por outra situação, mas que ela pode ter uma solução negociada através da inclusão dessa demanda no PIU.

São essas questões iniciais, depois se eu tiver oportunidade, complementamos. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, nobre Vereador Donato. Está presente a Sra. Elisabete França, representando a Secretaria de Habitação.

Passo a palavra à nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** - Bom dia a todos. Primeiro gostaria de cumprimentar todas as comunidades aqui presentes, as lideranças comunitárias, lideranças de associações de moradores que pelo jeito tiveram uma mobilização, porque o plenário está cheio e é muito importante que o povo esteja presente, os principais interessados estejam presentes na audiência pública aqui na Câmara Municipal de São Paulo. Cumprimento meus colegas Vereadores e Vereadoras da Comissão de Política Urbana, nosso Presidente Paulo Frange e também todos os representantes do Executivo.

Gostaria de começar fazendo alguns questionamentos em relação ao projeto e o primeiro deles é em relação ao artigo 16. Desde a primeira discussão que nós tivemos no plenário, se não me engano 15 dias atrás, já tinha levantado que o artigo 16 tinha um problema, que é a movimentação das ZEIS de lugar, ou seja, quando as ZEIS foram criadas pelo nosso Plano Diretor é para que as pessoas não sejam removidas de um lugar de ZEIs para o outro. Qualquer tipo de mudança, qualquer tipo de remoção das famílias para uma moradia definitiva tem que ser no perímetro das ZEIS e não em outro perímetro.

Nesse artigo 16 não está garantido que as remoções vão ser dentro do perímetro das ZEIS. Ele fala genericamente do perímetro, dentro da operação urbana. Só coloca que vai ser a 1 km, se não me engano, do transporte, mas isso pode ser em qualquer lugar do perímetro e não dentro das ZDEs. Por que isso é importante? As famílias têm vínculos com o território, tem a escola dos filhos, o posto de saúde, os familiares, os parentes, os vizinhos, enfim. Então não dá para você movimentar uma ocupação inteira, por exemplo, para outro lugar que não seja dentro do perímetro da ZEIS. Isso não está garantido no artigo 16.

Outra questão que acredito ser problemática no artigo 16: ele diz que a remoção das famílias vai se dar, preferencialmente, de forma para uma moradia definitiva. Não está escrito, obrigatoriamente. Preferencialmente não é obrigatoriamente. Tem que estar escrito lá que obrigatoriamente qualquer remoção de comunidade vai ter garantia de moradia definitiva.

Não podemos votar num projeto que não esteja isso escrito, porque a nossa responsabilidade é muito grande. É muita gente. Só na Vila Andrade são 17 favelas, em torno de 40 favelas no perímetro todo do PIU do Arco Jurubatuba. Nossa responsabilidade é muito grande. Tem que estar tudo escrito. A intenção pode ser boa, maravilhosa, o projeto é legal, só que precisa ter essa garantia. Se não tiver a garantia, a gente não vota, porque em primeiro lugar está o direito à moradia. Esse é o direito mais sagrado que a cidadã e o cidadão têm que ter aqui na cidade de São Paulo. Em primeiro lugar vem o direito à moradia digna e definitiva. O ideal é que seja chave a chave, que as famílias só sejam removidas quando tiver lá a chavezinha para você entrar na sua moradia digna e definitiva. Essa é a nossa luta, em primeiro lugar aqui.

Depois tem outras reivindicações. Antes que as obras sejam iniciadas, que seja constituído pela Sehab um conselho gestor das ZEIS, para que sejam discutidas as invenções e o assentamento das famílias. Que seja garantido no PIU o atendimento em HIS de todas as famílias removidas das comunidades em seus perímetros. Que as comunidades das áreas, especialmente, na AIU Vila Andrade, que está em processo de reintegração de posse pelas concessionárias: Cetesp, Enel, Transpetro e Via Mobilidade, sejam devidamente atendidas pelo

PIU Jurubatuba. São essas comunidades que estão com risco mais iminente de reintegração de posse. Elas têm que estar atendidas no PIU Jurubatuba.

Há várias outras reivindicações, acredito que temos condições sim de modificar o projeto e melhorar para que ele atenda devidamente, principalmente todas as famílias que serão afetadas por possíveis remoções. Esse é nosso compromisso, o compromisso do nosso mandato. Esperamos que nesta audiência pública todos os moradores possam ser ouvidos tanto pelos seus Vereadores quanto pelo Executivo, que tem a responsabilidade, inclusive, de modificar o projeto e apresentar um substitutivo que atenda, de fato, a população que está lá no território.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Vereadora Silvia. Elisabete França, a senhora gostaria de falar em seguida? Assim que os Vereadores falarem, peço para que a senhora faça uma manifestação.

Passo a palavra ao nobre Vereador Aurélio Nomura.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** - Bom dia todos. Quero cumprimentar o nosso Presidente Vereador Paulo Frange, na pessoa de quem cumprimento todos os Vereadores presentes: Silvia, Ely, Goulart, Donato, Cris. Cumprimento o Secretário José Armênio, Sra. Ana, Sr. Rodrigo.

Quero dizer que esse projeto tem que ser conversado, com todos os detalhes e ir para frente, porque é um projeto extremamente importante para a cidade de São Paulo com relação ao planejamento principalmente daquela região de Jurubatuba. É claro que nós temos algumas questões a serem discutidas com relação a essa questão do HIS. É importante. Não podemos tirar aquelas pessoas, simplesmente desalojar. Precisamos dar um destino para essas pessoas, mas acredito que de uma maneira geral esse projeto vem atender e vai atender muito a cidade de São Paulo.

O José Armênio fez uma consideração com relação às marginais, que vêm sendo tratadas pelo Governo de São Paulo. Estamos no índice de 80% de despolição do rio, será uma

grande reforma urbana incorporando o Rio Pinheiros, tão importante para a nossa cidade e que vai fazer parte do dia a dia do paulistano. Muito em breve.

Aproveitando, lembro que tempos atrás foi discutido a respeito do hidroanel aqui na cidade de São Paulo e uma das pessoas mais entusiastas era o nosso Prefeito Ricardo Nunes, que inclusive, se não me engano, colocou no Plano de Metas - não sei se tem há algo pertinente a isso. Gostaria de ouvir das autoridades, do Armênio, da Ana, essa questão do hidroanel. Reunindo, acredito que dá um diferencial totalmente diferente do que imaginamos. Hoje imaginamos que essa questão de mobilidade vai se dar através de metrô, do trem, do ônibus, mas com o aparecimento, o surgimento do hidroanel e com a despoluição do Rio Pinheiros, sem dúvida alguma, teremos uma alternativa bastante interessante para ser usada na cidade de São Paulo.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

---

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Vereador Nomura. Antes de passar a palavra aos outros Vereadores, Ana, gostaria de fazer uma pergunta, que é do maior interesse, com relação à Habitação de Interesse Social nessa região.

Essa região, a Elisabete conhece bem a situação da ZEIS-4, que atende a moradia com baixa densidade populacional em virtude da qualidade do solo e a proteção que temos que dar em áreas de mananciais. Portanto, são prédios pequenos, com menos moradores. Porém, temos a possibilidade na região de terrenos, que não são ZEIS, receberem empreendimentos de HIS. São várias regiões. O problema é que os empreendimentos de Habitação de Interesse Social atendem um decreto de 2020 que limita o gabarito desses empreendimentos, coisas que não acontecem com as ZEISs, que não têm limite de gabarito. Portanto, o empreendimento de Habitação de Interesse Social com limite de gabarito acaba perdendo a oportunidade de atender melhor a região. Não fora isso, nesse mesmo decreto, fica claro que nós podemos ter apenas 400 unidades por lote. Entendemos que na cidade toda, se deixar isso liberado, vamos criar outro raposão, aquela situação que já foi, inclusive, estudada aqui por esta Comissão. Um adensamento muito grande que não é bom para a Cidade, para morador, nem para ninguém.

A pergunta é: especificamente para esse território onde o déficit habitacional é grande, nem todos os terrenos podem ter construções do tipo empreendimento de Habitação de Interesse Social, em apenas alguns locais, se nós não poderíamos, no projeto de lei, excepcionalizar esse artigo que trata do lote com 400 unidades e deixar liberado o gabarito de empreendimento de Habitação de Interesse Social. Quem vai ganhar? Aqueles que estão esperando o seu apartamento, porque dentro de um mesmo terreno onde nós construiríamos hoje com essas regras um número próximo a 1.500, 1.800 apartamentos em nove torres, nós faríamos com quatro ou cinco, ficaria muito mais área permeável, com prédios mais altos, com condomínios mais baratos, menos impacto no meio ambiente, e muito mais fruição dentro desses condomínios de empreendimentos de habitação de interesse social.

Então, essa questão estou colocando de forma bem clara porque nós gostaríamos de tratar esse assunto na Secretaria com vocês, naturalmente falaríamos até mesmo com o Prefeito Ricardo Nunes que é morador da zona sul, não seria para a cidade inteira. Acho que nem no Arco Pinheiros deveria ter, mas, excepcionalmente aqui, em função dos mananciais, é uma situação dessa. Aproveito que a Bete está aqui e recebemos uma visita de um empreendedor da região que falou que agora teríamos a lei do zoneamento, um PIU, e a lei dos Mananciais que é do estado. Na hora de a gente aprovar um projeto desses, a gente começa por onde e falamos com quem. Eu gostaria, Beto, depois da sua fala, se você pudesse sintetizar isso para que a gente, possa deixar mais claro. É lógico que a PIU tem as regras específicas é a última, mas nós também temos de atender aquilo que as leis dos Mananciais nos obrigam e por ser do Estado ela é superior às nossas do ponto de vista hierárquico. Essa é a minha pergunta e vou deixar depois para o final.

Vou passar a palavra para o Vereador André Santos, que é da Comissão de Política Urbana.

**O SR. ANDRÉ SANTOS** – Obrigado, Presidente, bom dia a todos e todas. Primeiro me desculpar de estar chegando agora em cima e até nem vou ficar discursando em respeito àqueles que acompanharam inteiramente a audiência pública. Nós somos do Republicanos e eu

vou ter uma conversa especificamente com o Secretário de Habitação João Farias para poder tratar mais aprofundadamente acerca desse assunto, porque se haverá uma transformação em algum local da cidade, seja ele qual for, acredito que precisa ser uma transformação com responsabilidade. As pessoas realmente precisam resolver as questões de habitação só que precisam ter segurança para qualquer tipo de transformação porque a situação delas não pode ficar pior do que já está.

Hoje eu pedi a gentileza ao Presidente para que eu pudesse falar especificamente sobre esse assunto. Vou me reunir com Secretário de Habitação João Farias, tenho aqui a representante de lá, para falar especificamente em relação a isso, porque se é uma transformação, não pode ser uma transformação para piorar a vida das pessoas, então que não haja transformação nenhuma. Não pode haver a preocupação com interesses daqueles que simplesmente governam a parte imobiliária da nossa cidade.

Há um interesse em relação a isso de muitos, até porque há empregos para dar há muita gente, só que não pode ser apenas o lado deles que tem de ser visto, tem de ser visto o lado da população, das pessoas, e já vem sendo uma luta muito grande, há muito tempo, de muita gente para que tenha a sua vida tranquila em relação a habitação. Então, se a palavra certa é transformação, então que essa transformação aconteça para o bem de todos nós.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Vereador André Santos. Tem a palavra a Vereadora Ely Teruel.

**A SRA. ELY TERUEL** – Obrigada, Presidente. Muito bom dia a todos. Quero cumprimentar todos os Vereadores da Comissão, nosso Presidente Paulo Frange, a população que está aqui e é de extrema importância, essas reuniões são feitas para vocês, para ouvirmos vocês, e a gente obviamente vem de um trabalho de rua, a gente vai na porta da casa de vocês, a gente pisa no barro, a gente gasta sola de sapato, e, quando vemos um projeto como esse para cá, obviamente a gente se coloca no lugar de vocês e eu digo sempre que falamos muito aqui da habitação obviamente, mas temos de falar também, como foi citado pela Ana no gráfico,

todos os detalhes, não somente a parte de habitação, que é de interesse social, como também a criação das vias, parques.

Ficamos muito comprometido dentro do nosso mandato porque o Plano de Metas que foi entregue pelo nosso Prefeito Ricardo Nunes, ele é de muita sabedoria e envolve todo o trabalho que vemos atuando dentro da Câmara Municipal e na rua com vocês. Antes de ser Vereadora, a gente é munícipe, antes de estarmos aqui hoje como estou no primeiro mandato, eu visitei por 20 anos muitas pessoas. Sabemos o que cada um de vocês, como a Silvia falou, é importante chave na mão? com certeza, extremamente importante e o Ricardo Nunes, que é o nosso Prefeito, tenho certeza de que ele como foi Vereador nessa Casa, ele também é zona sul, principalmente, ele conhece o que precisa ser feito na região.

Eu quero ficar à disposição. Se vocês quiserem me convidar para ir até vocês estou à disposição. O mandato é recheado de várias atividades e o Plano de Metas faz parte da nossa vida, do nosso mandato. Claro que a gente visa, não só a população, habitação, estive em Paraisópolis recentemente entregando em São Mateus alguns conjuntos habitacionais e ficamos muito feliz em ver a alegria de pessoas que estão aguardando a chave da casa própria por 20, 30 anos. Crianças que tem o sonho de ter o seu quarto, a sua moradia. Pode ter certeza que estarei com o Presidente dessa Comissão desenvolvendo obviamente com os Vereadores e com Prefeito Ricardo Nunes um trabalho muito importante e rápido para que não haja, imagine vocês, eu me coloco a cada dia no lugar de vocês, a qualquer momento vocês podem sair do local onde vocês estão e obviamente, sem muita explicação, no sentido de programação de vida, do seu neto que mora com você, do seu filho, então eu viso essa parte o olhar humano que o nosso Prefeito tem tido já com algumas atitudes que ele tem feito na cidade de São Paulo. Tenho certeza de que esse PIU não será diferente. Acredito muito nas metas que nós recebemos, acredito muito no Secretário de Habitação, que vem fazendo realmente fazendo um trabalho muito bom e podem contar comigo, estarei com o olhar de vocês aqui dentro dessa Casa.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigada, Vereadora Ely Teruel, nossa Vice-

Presidente da Comissão de Política Urbana. Tem a palavra o Vereador Goulart.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Bom dia a todos e a todas, cumprimento aqui em nome do nosso Presidente Paulo Frange a todos que compõem a Mesa e aos representantes do Executivo, em nome da Ana, cumprimento todos os representantes do Executivo.

Esse é um projeto que tenho acompanhado de perto há muito tempo, desde quando eu era criança, que não faz muito tempo, mas já acompanhava diversas dessas discussões que estão previstas nesse projeto. O Zé falou que em 2017 meio que falavam sozinhos sobre as diversas intervenções, mas lembro desde meados dos anos 90, início dos anos 2000, já discutimos diversas dessas intervenções e alguns dos pontos que eu peguei aqui da apresentação da Ana. Mas temos que amadurecer bastante até a aprovação desse projeto.

Primeiro que temos uma grande responsabilidade, pois hoje nós temos o Prefeito que mora nessa região, o Presidente da Câmara, que mora nessa região, se não me engano, são mais quatro ou cinco Vereadores que moram nessa região e diversos outros que atuam nessa área que será impactada positivamente por esse projeto.

Gostaria de chamar a atenção para alguns pontos, mas primeiro a questão de geração de emprego e renda. Falam muito em diminuir a distância do trabalho, a gente sabe que é uma região muito populosa, não só essa região que diretamente será impactada, mas dali para dentro, vamos dizer assim, passando as pontes, quantos milhões de pessoas que não moram ali naquela região? Então, realmente temos de diminuir essa distância e evitar com que elas atravessem a ponte. A ideia de criar um grande polo de emprego e renda naquela região, principalmente de serviços e de tecnologia, além da manutenção das indústrias que ali, principalmente no eixo do Jurubatuba, ali nas Nações Unidas, ainda existem. Também a questão ambiental que tem uma importância muito grande nesse projeto, nós temos ali projetos da minha autoria, também da época do meu pai como Vereador, como o polo linear, o Parque Linear Jurubatuba, um dos maiores parques lineares da cidade, vai desde a ponte Transamérica e a Ponte do Socorro até a Ponte Vitorino Goulart, dos dois lados do leito do Jurubatuba, também o EcoPark, que será toda aquela área do antigo aterro Jurubatuba.



Eu lembro que, quando eu era criança, eu ficava da janela do nosso apartamento, ali no Parque dos Pássaros, olhando o aterro. Para a gente que mora lá, muitos aqui moram, para a gente é o lixão e a época que eu morava lá e via pela janela ainda os caminhões iam lá depositando lixo. Hoje a gente já sabe, se não me engano faz mais de 15 anos que já está no período de descanso, não sei se tem alguém da Amlurb, acho que o Carlos sabe que é da Secretaria do Verde, mas está nesse período de descanso, não sei se, mais poucos anos, nós já poderíamos utilizar como um parque. Hoje, para quem conhece lá, o aterro já é uma grande floresta, já tem árvores de 15, 20 anos, então está muito próximo de nós realmente termos esse parque, o Eco Parque, que inclusive terá um grande investimento na concessão do lixo. Já está previsto um grande investimento para criação desse Eco Parque, está tudo dentro desse Parque Linear Jurubatuba, desse nosso projeto.

Também a inclusão do Parque Telefunken. A integração do Parque Linear Jurubatuba, o Eco Parque com o Parque Telefunken. É muito difícil nós vermos reportagens falando positivamente dos projetos que votamos aqui na Câmara. Esse foi um projeto, que, se não me engano, ainda de 1998, do meu pai Vereador, que criava o Parque Telefunken. Depois de muita discussão, em 2018, quase 20 anos depois, conseguimos a aprovação desse projeto, dois minutos e meio de Globo falando positivamente. O Parque Telefunken que foi um projeto de lei aprovado nessa Casa, infelizmente, à época foi vetado, mas nós sabemos da importância, tanto é que a Globo falou dois minutos e meio positivamente de uma lei aprovada aqui nessa Casa.

Também a questão do Parque Interlagos, que a Ana citou aqui, o parque dentro do Autódromo de Interlagos, que já é parque desde 1997/98, também de um projeto de lei de autoria do meu pai, ainda quando Vereador, Vereador Goulart.

Quero também cumprimentar a presença do administrador do Autódromo de Interlagos, Marcelo Shan, que está aqui acompanhando esta audiência e tem feito um trabalho brilhante lá no autódromo. Nós já sabemos da função que já existe nesse parque, parque aberto para toda população, uma grande pista de caminhada, outras intervenções que têm sido

utilizadas pela população.

Agora, sobre as intervenções viárias que a Ana colocou aqui na sua apresentação, acho que uma grande, se não a principal, uma das principais intervenções, é a extensão da margem direita da Marginal Pinheiros, da Ponte Transamérica até a ponte Vitorino Goulart, com todas essas formas que a Ana colocou: o trecho como via parque, outras também com uma vila mais estruturada. Nós sabemos dessa importância e de tirar um pouco essa pressão, essa carga nas pontes, nas poucas pontes que nós temos para ligar toda aquela população ao extremo sul da zona Sul. Também a Ponte Jurubatuba que é essa ligação por cima da Estação Jurubatuba, da CPTM, que liga a Avenida Ipanema até a Estação Jurubatuba, ao lado do Shopping SP Market, todo mundo consegue se localizar.

A importância da manutenção, das intervenções no eixo histórico de Santo Amaro, sabemos que a cidade de Santo Amaro tem dois anos a mais que a cidade de São Paulo, então a preservação de todo aquele eixo histórico, desde as obras de Júlio Guerra, temos também a Catedral de Santo Amaro, todo o início da cidade de Santo Amaro, assim como a de São Paulo, foi feito no entorno da Catedral de Santo Amaro.

As melhorias viárias, já falei de várias. Agora a grande prioridade desse PIU, assim como diversos outros PIUs que temos discutido nessa Casa sem dúvida é a questão habitacional. Foi falado aqui por todos os Vereadores que me antecederam sobre quantas comunidades temos ali. Só no entorno do autódromo quantas são também ali na Vila Andrade, todo o perímetro desse PIU, nós temos essa questão habitacional como prioridade. E não tenho dúvida que todos os Vereadores que estão aqui estão de olho e cobrarão do Executivo essa prioridade.

Acho que uma das grandes forças que nós teremos aqui para garantir essa prioridade habitacional é a gestão do PIU, que será integrado com toda a comunidade os integrantes do poder público, assim como os integrantes de toda a comunidade. Espero ouvir a todos que vieram participar dessa audiência, finalmente uma audiência presencial, conseguimos aqui, mas espero depois dessas contribuições de cada um de vocês, poder voltar e comentar as contribuições de vocês.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Vereador Goulart, para quem não sabe o Vereador Goulart até recentemente era do dente de leite do Corinthians e aí o Vereador veio para cá. Eu vou passar para Ana, da Secretaria, para que possa responder as questões, em seguida, vamos ouvir os inscritos. Estão encerradas as inscrições.

**A SRA. CRIS MONTEIRO** – Perdão, é Cris Monteiro, eu só queria dar uma palavrinha se possível. Quero destacar a importância desse debate, em especial com os moradores da cidade, isso é um verdadeiro ato numa ação democrática. Isso me deixa bastante sensível até por ser o meu primeiro mandato, eu fico especialmente feliz em ver essa discussão e a importância disso para o desenvolvimento da nossa economia, desenvolvimento social da cidade.

Gostei muito da fala do Presidente, Vereador Paulo Frange, a respeito da transparência da legislação, gostaria de reforçar esse ponto. É de fundamental importância termos essa transparência para que, geralmente, já falei isso em outras situações, quando não se tem transparência geram-se dúvidas e a dúvida põe todo o processo, que é um processo que está sendo feito de forma legítima, em dúvida, em questão. Acho que não é bom para ninguém, não é bom para o processo, não é bom para Câmara dos Vereadores e muito menos para o projeto.

Quero ressaltar a importância dos projetos como o PIU, que trazem maior flexibilidade para a estrutura urbana em São Paulo. É uma coisa que vimos discutindo muito. Eu tenho uma pessoa que está totalmente dedicada, não totalmente, mais parcialmente, uma parte importante do tempo dela com o Plano Diretor. Eu gostaria até de reforçar que é muito importante que a gente faça a discussão do Plano Diretor. Esse ano talvez seja um ano difícil para que façamos, mas é muito importante o Plano Diretor. São várias questões como essa que serão discutidas, facilitando e melhorando a vida do cidadão, é por isso que estamos aqui, é por isso que fui eleita.

Então, só queria deixar essa mensagem e agradecer ao Presidente, Vereador Paulo

Frange, por me conceder a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Vereadora Cris Monteiro. Daqui a pouco vou chamar o Vereador Alfredinho também.

Vamos ouvir, primeiro Fabiana Domingos Lisboa, moradora do bairro Santo Amaro. Um microfone ficará aqui à esquerda é só se dirigir até lá, em seguida, a Tereza Arrais, se quiser já ficar aqui ao lado, mais próximo fica melhor.

Tem a palavra a Sra. Fabiana.

**A SRA. FABIANA DOMINGOS LISBOA** - Bom dia. Sou Fabiana, moradora da região de Santo Amaro. Em primeiro lugar, na audiência do Teatro Paulo Eiró, o Vereador Milton Leite se comprometeu a nos ouvir trecho por trecho, rua por rua. Queria avisar a todos que não fomos ouvidos pelos presentes lá, Fábio Riva e Milton Leite, que até na oportunidade falou da abertura da CPI da Água Espreada, que também acho que não foi para frente.

Vamos lá. O projeto começa na rua onde eu moro, onde 113 casas serão desapropriadas com moradores que vivem há até 50 anos em Santo Amaro. Meu pai tem 62 anos, há pessoas de 80 anos, 90 anos, 100 anos. Atrás da nossa rua, a antiga fábrica da Avon, à venda por um grupo bilardário, diz que foi vendida; em seguida um córrego, em seguida um terreno vazio há 50 anos. A pergunta que eu faço para esta Casa: é para jogar os idosos, moradores na rua, desapropriados? Para abrir para o baronato? Porque eles foram bater à nossa porta há três semanas para falar que compraram o terreno, sendo que a Prefeitura poderia ter feito um projeto pela rua de trás.

Então, não se justifica o interesse social. Não fomos ouvidos, não nos sentimos representados nesta Casa, que tem que ser a Casa do Povo, e não da construtora. O HIS em Santo Amaro é de 1 milhão e 200 mil reais. (Palmas) Está aqui a HIS. Ricardo Nunes não ouve ninguém. Tenho a foto, aqui, como Bruno Covas. Na oportunidade, nós nos reunimos e falamos com ele sobre a alteração do PL; ele concordou, porque é justo. Nós não somos pano de chão, nós não somos lixo. Santo Amaro está na luta e não passa ali, tem que ser justo.

Atenção, pessoal da comunidade: é chave na mão, porque vocês vão ficar igual aos

moradores que estão aparecendo no SPTV, há 15 anos no aluguel social de 400 reais, valor que não dá para pagar nada. Tem gente há 12 anos, há 15 anos. Então, é o seguinte: primeiro vende o Cepac e arrecada, e com o dinheiro na mão aí vão ver o que dá para fazer. Porque sempre as arrecadações são milionárias. O túnel da Avenida Cecília Lottenberg sem acabar. Sobre a zona Sul, houve uma reportagem no SPTV mostrando que 60% da população está no Mapa da Fome; e o Prefeito falou que o projeto dele é para pedir doação para a empresa. Isso é de responsabilidade da Prefeitura. O povo passando fome, e esta Casa preocupada em aprovar projeto para jogar na rua classe média e média baixa. Rua Laguna 1.035: terreno da desapropriação; atrás, trecho anterior, Cyrela: imóveis a partir de 1 milhão e 200, 1 milhão e meio. Por quanto a Cyrela comprou o terreno da Prefeitura? Por quanto recebeu desapropriado e quanto a Cyrela vai lucrar?

Então, é isso que é necessário. E a todos os Vereadores, convido a irem à minha casa. Vamos subir na cobertura de vidro, vamos ver a fábrica degradada, à venda há 5 anos. Vamos falar com os idosos, que vocês querem jogar na rua como lixo. Pode ter um 1 morador, 2 moradores, 3 moradores, mas não vamos nos curvar. Se tivermos que colocar faixa de protesto para dizer que nós não fomos ouvidos, eu estou na frente do Transamérica Expo, vamos colocar em todas as casas. Queremos ser ouvidos, não nos sentimos representados nesta Casa.

Eu quero saber quem vai nos ouvir. Estou em Santo Amaro há 50 anos, conheço Santo Amaro, anda a pé, não dirijo, tenho labirintite. A Dona Maria José está lá na porta da igreja há 10 anos, num colchão. Alguém aqui viu isso? Alguém pediu ajuda para a Dona Maria José durante a pandemia? Eu pedi para o Conseg Santo Amaro. Então eu acho que as coisas estão muito erradas aqui. Tem que mudar. Esta é a Casa do Povo. Este é um ano de eleições, e ou eles mudam, passam a nos ouvir - porque quem paga a conta de luz daqui é a gente, assim como a água, o café, o salário dos Vereadores -, ou, então, tem que mudar. É através do voto e da participação que nós vamos mudar. Não vamos nos curvar às construtoras. Obrigada.  
(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Muito bem, Fabiana. Fabiana, aqui é

exatamente o fórum ideal para essa sua fala. Parabéns. E você será ouvida, a gente vai ouvir, vamos conversar. Este é o lugar correto, você está no lugar correto, a Casa é sua, é do povo, você tem todo o direito de falar. Parabéns. (Palmas)

Próxima inscrita, Sra. Tereza Arrais, da Articulação Vila Andrade e Jurubatuba.

**A SRA. TEREZA DJANE ARRAIS** - Bom dia, comunidade, bom dia, liderança, muito obrigada por vocês terem vindo. Porque esta Casa, como disse a colega que me antecedeu, é do povo. Muito obrigada aos nobres Vereadores. Na figura da Ana, eu cumprimento a SP Urbanismo.

Eu gostaria de deixar ressaltado aqui que esse artigo 16 que vocês tanto estão trabalhando em cima foi um trabalho muito árduo de todas essas pessoas que estão aqui. Elas batalharam para que ele fosse alterado, porque a gente não estava nesse mapa, a gente não estava nesse projeto. Área de ZEIS do Programa Renova SP tinha a questão do Conselho Gestor já formalizado, foi suprimido. A legislação suprimiu outras legislações. Os instrumentos urbanísticos que nos garantem esse conselho gestor deliberativo e consultivo foram suprimidos. Ninguém passou nas nossas comunidades, ninguém passou no nosso perímetro, ninguém perguntou onde serão atendidos essas famílias que as que serão removidas nesse projeto de intervenção.

Então, hoje falo em nome da Articulação Vila Andrade e Jurubatuba: nós queremos que seja incluído e garantido nesse PL as ZEIS 1, como de fato consta no instrumento urbanístico maior, que é o Plano Diretor desta cidade. (Palmas) Nenhum direito a menos. O Conselho Gestor das ZEIS tem que fazer parte e ter uma cadeira específica em cada AIU. Sabe por quê? Porque as AIUs, os conselhos são consultivos, eles vão deliberar o que já está acordado no plano maior. Não vai ser paralisado para discutir porque é obrigatório que aquela rua passe por aquela comunidade se há outros meios de se pensar esse projeto, de acessibilidade e de mobilidade.

Queremos garantidos 40% ou mais da arrecadação para que as nossas moradias sejam construídas. Queremos o chave a chave, trocamos a nossa moradia por uma moradia digna e definitiva. (Palmas) Queremos o direito à regularização fundiária das áreas que ficarão

ali e queremos o dinheiro para a desapropriação. Não queremos ficar 10 anos, 15 anos, 20 anos no auxílio aluguel. E sabem por quê? Porque depois vocês terão essas áreas reocupadas, e aí a gente vai ouvir aquela famosa frase: “Agora não dá para construir”. Então, que se comece pela determinação das ZEIS 1; que seja garantido e mantido como está no Plano Diretor Estratégico. E eu não sei o que é ZEIS móvel, flexível. Eu nunca entendi isso. Isso não está claro para nós que somos comunidade e não está claro para academia, e não está claro para quem tem realmente o compromisso com o povo.

- Representantes de Vila Andrade abrem faixa no recinto.

**A SRA. TEREZA DJANE ARRAIS** - Então a nossa fala e a nossa faixa diz o que nós estamos fazendo aqui, e não vamos abrir mão de nenhum direito, daquilo que é constitucional e daquilo que a comunidade merece e precisa ser ouvida nesta Casa. É isso. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Tereza. José Luiz, da Articulação Vila Andrade. Depois, o Guilherme Rodrigues, da Comunidade Interlagos.

**O SR. JOSÉ LUIZ** – Bom dia, Vereadores. Meu nome é José Luiz. Também sou morador da região de Santo Amaro, como a Fabiana, que foi a primeira que falou. Um dos nossos maiores problemas é o seguinte. Minha família é moradora da região de Santo Amaro. Quando falo região de Santo Amaro, me refiro ao Largo Treze de Maio mesmo. Somos batizados lá e criamos raízes na região. Santo Amaro, como já dito, é como um município independente dentro do município de São Paulo.

Quando vocês vêm com um projeto gigantesco como esse, precisamos deixar claro que não somos contra isso. Acredito que o que todos temos em comum é quanto a forma como ele está sendo discutido. Dentro da minha casa há moradores de desde 1930. Como vou chegar aqui para a minha tia, que é moradora, e dizer a ela: “Olha, tia, infelizmente, isso aqui vai ser desapropriado, e nós vamos ter que sair”. Aí, ela pode fazer a pergunta mais básica: “Mas avisaram você? Conversaram com você?”. E a resposta é “Não”.

O que temos que fazer? Temos que gastar o nosso tempo tendo que ficar procurando coisas dentro do *site* da Prefeitura, que é muito difícil de navegar. Essa é uma das coisas que

posso mencionar, porque para se achar alguma coisa de interesse nosso dentro do *site* da Prefeitura, não se acha. Aí, quando você não acha, fica a impressão de que as coisas são feitas no escuro, nas trevas.

Aí, fico naquela dúvida: como vou chegar para minha tia? Vou dizer o que para ela? Vou falar a ela que vamos sair, mas sabe Deus quando? A gente não sabe, fica no escuro. Isso é algo que quero deixar para vocês. Quero deixar bem claro que ninguém aqui é contra desenvolvimento. Todo mundo está aqui por causa do desenvolvimento. Então, eu queria que vocês deixassem as coisas mais claras. Assim como o próprio Milton Leite, quando foi ao Teatro Paulo Eiró, disse: “Vamos negociar rua por rua”, eu até agora estou esperando alguém chegar e me dizer: “Vamos negociar”. Eu, como morador há mais de 50 anos, sei onde é degradado lá em Santo Amaro. Dá para negociar? Vamos negociar, gente. Eu não gostaria que um projeto gigantesco desse fosse negociado nas trevas. Era isso. (Palmas)

---

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado. Com certeza, não será, José Luiz; com certeza.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Peço que fale seu nome ao microfone, por favor.

**O SR. JÚLIO CESAR DE ANDRADE** – Questão de ordem, com todo respeito aos companheiros da Mesa. Sou Júlio Cesar de Andrade, Covereador da Mandata Coletiva Quilombo Periférico. Nós estamos aqui em conjunto com o movimento negro em solidariedade às lutas por moradia e também para apresentar o manifesto em defesa da política de cotas raciais no município de São Paulo. Esse é o nosso compromisso. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Eu que agradeço a visita de vocês.

**(NÃO IDENTIFICADA)** - Que a política de cotas permaneça como ela é, sem a alteração que estão querendo fazer. É sempre bom deixar enegrecido isso. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Muito obrigado, vocês são sempre muito bem-vindos. Obrigado pela presença. Fica o registro aqui. (Palmas)



Retorno a palavra ao Sr. Guilherme Rodrigues, da comunidade de Interlagos.

**O SR. GUILHERME RODRIGUES** - Olá, bom dia a todos e a todas. Sou morador da comunidade de Interlagos, também sou arquiteto urbanista. Desde 2018 venho acompanhando todo o PIU, e sempre questionamos o artigo 16, que foi mudado durante algumas das nossas conversas. Pedimos a alteração, ela foi feita, e o projeto foi enviado da mesma forma inicial. Então novamente, pedimos a revisão desse artigo 16 para que seja criado o conselho gestor das ZEIS, das AIUs e de todo o processo do PIU, que é algo que estamos tentando desde 2018 sem sucesso. Já conversamos com todos as pessoas possíveis, mas isso nunca vai para frente.

Isso é algo que nós da comunidade queremos muito, porque é importante. Quem conhece a comunidade, quem conhece o projeto, quem conhece a quantidade de moradias são os moradores, e nós temos que ter voz. Mas não apenas falar, nós queremos ser ouvidos e que sejam acatados os nossos pedidos, ao contrário do que está sendo feito desde o início do processo.

Dois anos de minha formação eu passei na São Paulo Urbanismo como estagiário. Então, sei que há capacidade de se fazer essa participação. Dentro de nossa comunidade, de nossas lideranças, há muitos arquitetos e advogados. Eles têm essa ferramenta para puxar essas informações. Nossa exigência principal é moradia em primeiro lugar, moradia primeiro sempre. Porque depois acaba o dinheiro, e ficamos todos à mercê de recursos que não existem. Então, o projeto deve ser feito ao contrário. Quanto custa o projeto? Quanto precisa ser arrecadado? Não sabemos.

Outra coisa são os sistemas viários. Primeiro, eles tiram as casas; depois, para onde as pessoas vão? Não temos essas respostas. Precisamos dessas respostas. Sobre a questão da moradia, não sabemos de nada. O projeto é lindo, é realmente um projeto incrível. Nós sabemos que ele vai acontecer, só que nós queremos participar, nós queremos poder falar, porque nós somos moradores, nós seremos atingidos. Então, queremos ter esse poder de fala, ter realmente o poder de mudar esse projeto. A apresentação é linda, mas quando se vai para PL não é mais esse projeto incrível. Porque o projeto é muito bom, é um projeto que pode

transformar São Paulo não só na vivência, mas inclusive com prêmios, porque é um projeto muito bem-feito, muito bem estudado. Mas precisa da população agora. Ele é perfeito, mas quando vai para o território, não fica desse jeito.

Meu TCC foi na minha área de intervenção, em Interlagos, e vi a dificuldade que é. E em relação à quantidade de moradias propostas para essa área, as contas não batem. Então, sim, é preciso trazer a comunidade, os acadêmicos para melhorar esse projeto. Estamos atrás de todos os Poderes, dos Vereadores, da São Paulo Urbanismo, da Habitação, mas não tivemos esse retorno para realmente mudar. Falamos, escrevemos, participamos, escrevemos, vamos atrás, dedicamos nosso tempo, mas nós não tivemos nenhum retorno até o momento sobre o que pode ser mudado.

Quando ocorreu a mudança no artigo 16, vimos que foi mudado na nossa frente, mas enviado da forma original. Então, de que adianta virmos aqui falar, nos colocar à disposição se realmente o que nós desejamos não acontece? Era isso. Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Próximo Benedito Roberto Barbosa, da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Depois, Vitor Rodrigues Inglez de Souza, do Centro Gaspar Garcia.

**O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA** – Agradeço aos Vereadores. Estamos aqui hoje mais uma vez, já fizemos audiência pública aqui com dois Vereadores, hoje há um conjunto importante de Vereadores que podem nos ouvir.

Sou advogado da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo e também do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Tenho acompanhado a questão desde 2017, antes da proposição do projeto de lei, quando já havia os primeiros estudos da implantação do Arco Jurubatuba, inclusive em conjunto para Defensoria Pública, porque já sabíamos dos impactos que poderiam ser gerados por essa grande operação urbana, gigantesca, naquela região para mais de 40 comunidades. Como disse o Vereador Donato, contando toda a área de influência da operação urbana, pode haver mais de 80 comunidades a serem atingidas por essa intervenção. Então, é importante olharmos comunidade a comunidade, ocupação a ocupação, e as soluções

têm que vir de forma conjunta, de forma participativa.

Tentamos, inclusive, na ação judicial que foi proposta pela Defensoria Pública, propor a criação antecipada dos conselhos gestores, porque a criação do conselho gestor possibilita que as comunidades, de forma deliberativa, a partir do seu conselho diretor, discutam a intervenção e também qual será a solução de moradia para cada família.

Na proposta trazida pela Ana – que parece até canto da sereia –, ela diz que a unidade habitacional vai ficar a mais ou menos 2 km do ponto de transporte. Mas onde vai ser o ponto de transporte? O que nós queremos é que seja o inverso. Achamos que o ponto de referência é o local de moradia de cada comunidade, e os 2 km têm que ser nesse ponto, e não do ponto de transporte, porque o ponto de transporte pode ficar do outro lado. Por exemplo, se a família está morando aqui na Vila Andrade, talvez ela tenha que ir para o outro lado, para Interlagos ou para franja da área de intervenção da operação urbana ou do PIU. Essa a preocupação que nós temos e cuja solução queremos garantir.

A outra questão são as ZEIS Móveis, ou seja, o poder de se transferir as ZEIS dentro da operação. Temos ouvido muito essa questão e temos preocupação em relação a isso. Queremos garantir de que todos os moradores que estão dentro da área de intervenção urbana morem próximas às suas atuais moradias, porque naquela região está a vida das pessoas.

Outra questão que foi trazida é em relação ao dinheiro da operação urbana. O Vereador Paulo Frange acompanha diuturnamente, por exemplo, a Operação Urbana Água Branca. Estou trazendo aqui um exemplo e vimos acompanhando também a Operação Urbana Água Espriada e outras operações urbanas aqui na Cidade. Mas especificamente a Operação Urbana Água Branca tem quase 1 bilhão de reais no seu caixa. Só que lá foi construído o Condomínio Perdizes e todas aquelas intervenções; e os ricos que chegaram na Operação Urbana Água Branca impedem as moradias para os pobres. Ficam criando uma série de obstáculos para se fazer a moradia. Por isso que estamos falando: moradia para os trabalhadores e para as comunidades primeiro, e depois a intervenção para os ricos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Excelente.**

Tem a palavra o Sr. Vitor.

**O SR. VITOR RODRIGUES INGLEZ DE SOUZA** – Bom dia a todos. Eu sou Vítor.

Eu sou advogado do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Eu gostaria de chamar atenção para um dos pontos que já foi levantado aqui nessa discussão, a respeito das comunidades da Vila Andrade, que tem uma ameaça iminente de remoção. Quando a gente olha, inclusive para a exposição que foi feita pela SP Urbanismo aqui, no começo dessa conversa, aquele território da Vila Andrade é segregado por uma linha de transmissão da CTEEP, que também, por baixo dela, passa uns dutos da Transpetro. Essa linha segrega o lado onde estão as famílias trabalhadoras de baixa renda de onde estão se concentrando as torres, os empreendimentos imobiliários para famílias de renda mais alta. Então, há uma divisão muito clara ali naquele território, que tem essa fronteira que é feita ali, pela linha da CTEEP e por esses dutos da Transpetro. Do lado de cá, há a ZEIS e do lado de lá há um processo de especulação imobiliária muito intenso se formando e que tem se avançado.

As ZEISs, as famílias que estão ali, nesse pedaço, estão ameaçadas. A Transpetro, a CTEEP e a Enel estão ameaçando de reintegração de posse centenas, milhares de famílias que estão naquele pedaço. Então, quando a gente ouve, por exemplo, na exposição da SP Urbanismo, dizendo que foi feita uma conversa com a CTEEP e iam tratar ali da questão e iam fazer um parque, iam fazer uma horta comunitária, a questão é essa: Há gente morando nesse lugar. Há muita gente morando nesse lugar. Há cerca de duas mil famílias ali. Então, essa questão, esse projeto que está sendo apresentado, mais uma vez, como disseram várias pessoas aqui, não condiz com a realidade ali do território. Estão escondendo que vão remover muita gente. A gente precisa urgentemente de uma solução integrada, e a gente precisa garantir o atendimento habitacional de todas essas famílias e, nas condições que estão sendo postas aqui, moradia primeiro, como o Sr. Dito colocou, com a moradia sendo construída dentro do raio, de onde a família foi removida e não jogá-la para qualquer um desses outros perímetros de intervenção dessas outras AIUs. Isso é absolutamente fundamental. As ações de reintegração de posse estão seguindo. As liminares vão sendo concedidas na Justiça. Essas famílias estão

sendo ameaçadas, e tudo dentro do perímetro do PIU, onde essas intervenções da AIU Vila Andrade vão ser feitas.

Então, gostaria de reforçar esse ponto. É absolutamente fundamental que a gente dê uma resposta para isso agora, para assim que vencer a DPS do 828, do Supremo Tribunal Federal, que tem segurado as remoções até o dia 30 de julho. Depois essas famílias... A gente vai passar por uma situação muito complicada.

Então, esse é o apelo, esse é o ponto que eu gostaria de reforçar.

Obrigado pela atenção. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Tem a palavra o Sr. Rodolfo Davidson, da Vila Andrade.

**O SR. RODOLFO DAVIDSON** – Boa tarde a todos. Eu represento a Vila Andrade e estou justamente aqui com a luta de todos. Não é só a questão da reintegração de posse na Vila Andrade. Pelo projeto, é maravilhoso, é lindo no papel, mas, como o nosso amigo já falou, em campo, torna-se completamente diferente. Não estou julgando o projeto em si, porque o projeto é excepcional, mas, colocado em campo, mudam-se as coisas.

Na questão da reintegração de posse, na nossa região, é na Vila Andrade, no caso, onde o Dr. Vítor citou. Há muitas famílias, centenas de famílias, milhares de famílias de uma moradia que necessitam. É preciso essa moradia. Por quê? Porque há vínculos familiares lá ao lado. Temos nossas vidas. Há pessoas lá que estão no local há muitos anos. Já têm filhos. Nessa questão, há escolas e empregos ao lado. Então, como vamos posicionar essa família, tirando de sua casa para outra região ou para outro local? Esse raio de onde foi colocado é muito importante. O raio, em questão do ponto onde moramos, é muito importante. Por isso, essa reintegração de posse tem que ter um jeito, uma forma onde a gente consiga recolocar essas famílias numa habitação legal, numa habitação confortável, onde elas possam dar continuidade as suas famílias.

Há também a questão da habitação chave a chave. Como é que nossas famílias... Eu, por exemplo, tenho filhos. Eu investi a minha vida inteira - trabalho para isso - na minha casa.

Vou sair da minha casa para pagar um aluguel de 400 reais e não ter uma habitação, uma casa. Hoje eu tenho um teto, hoje eu tenho uma casa. Por mais que haja dificuldade, eu tenho a minha casa. Mas como eu vou sair com os meus filhos, com 400 reais no bolso ou na conta, e vou pagar um aluguel lá, longe do meu trabalho, porque minha esposa demora duas horas para chegar no ambiente de trabalho. Eu também, no mesmo horário. Como é que nós faremos isso? Não há condições, não há condições de a gente perder o nosso ambiente familiar sem ter uma chave na mão. Então, como a Vereadora Silvia falou e muitos falaram, é chave na chave. Não há jeito de a gente sair da nossa casa e ir para outro lugar sem uma garantia. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador Alfredinho, que também é morador da região.

**O SR. ALFREDINHO** – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, a gente acompanha esse PIU com muita expectativa e com muita atenção. Eu, como morador da região, a gente conhece o lugar. Já faz alguns anos que esse PIU vem sendo discutido e falado aqui, porém apresentaram agora, e a gente lógico olhando para o interesse de moradia, a gente tem umas dúvidas. Queremos saber qual é o tamanho. Queremos ter a mínima noção do tamanho da arrecadação, da venda, do que vai ser arrecadado desse PIU, para poder atender às moradias populares, principalmente, que temos tanto interesse, porque é uma região realmente onde grande parte das pessoas moram de forma muito carente e em péssima qualidade de vida.

Deverá haver outra audiência local na região. Não sei se é sobre a Cidade Dutra. É essencial rapidamente se formar um conselho gestor, para poder estar se discutindo com a população as demandas que surgirão, as dúvidas que surgirão nesse período de discussão, para que a gente possa dialogar melhor com a população, inclusive conhecer a realidade de cada lugar, porque isso vai ser uma constante nessa discussão no dia a dia, para que a gente possa achar a melhor forma possível de a gente atender. Isso é muito importante para a região, não só a demanda de moradia, mas outras demandas também. Há preocupações com o trânsito em toda região, como PSs que é preciso. Isso precisa ser feito.

Então, a Comissão de Política Urbana, nessa primeira audiência, está no início dessa

discussão. Aqui nós aprovamos que seriam, pelo menos, duas audiências. Acho que provavelmente terão que fazer mais, porque o conjunto de comunidades que envolve esse PIU é enorme. Partindo da região de Jurubatuba, em Interlagos, Autódromo de Interlagos indo até a Vila Andrade, é um perímetro, uma palavra extensa onde há várias comunidades. O projeto, ao ser votado aqui, não tivemos o conhecimento do projeto de fato. Por isso, nós estamos fazendo as audiências e por isso que nós temos que fazer outros debates, para que a gente possa entender. Quando foi votado, em primeiro, ficou claro que seriam, mais ou menos, trinta dias para se votar, em segunda, para poder, nesse período, a gente tomar todas as providências. Eu quero atuar fortemente nisso porque moro lá e a gente tem essas demandas e as cobranças das pessoas.

Vale lembrar que a Vila da Paz é uma das primeiras comunidades que pegam esse perímetro. Vila da Paz é autódromo, favela do autódromo. Na época do Pitta e do Maluf, aliás, foi feito lá o Cingapura. Foi um período, um programa do Governo Maluf e, a meu ver, não foi a melhor ideia de programa de moradia, porque são imóveis, na época, feitos muito acanhados, sem nenhum tipo de infraestrutura, de lazer ou coisa parecida; e não atendeu praticamente nada, por exemplo, na favela do Autódromo e da Vila da Paz. O restante lá são áreas que já estão consolidadas e carecem de um estudo para aquelas pessoas que ali moram.

Eu não sou da comissão, mas quero acompanhar, passo a passo, porque moro na região e tenho um total interesse de atuar. Todos os moradores podem contar com o meu apoio e com o meu apoio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.**

Tem a palavra a Sra. Jaqueline Santana, participante dos Escudeiros Consultoria Urbanística.

**A SRA. JAQUELINE SANTANA –** Boa tarde. Primeiramente eu quero agradecer a vocês por essa apresentação. Estou aqui até mesmo para ficar inteirada desses assuntos da região. Sou também moradora da região. Eu dou voz também aos demais moradores. Esse

projeto tem muito a ser agregado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Tem a palavra o Sr. Francisco Avelino Gomes, da Associação Moradores de Nicarágua e Interlagos.

**O SR. FRANCISCO AVELINO GOMES** – Bom dia a todos os companheiros e companheiras. Eu sou o Francisco. Sou morador da comunidade Nicarágua, Vila da Paz, na região de Interlagos; e eu moro ali há mais de trinta anos. Minhas filhas e meus netos estão sendo criados naquela região e há mais de 35 anos eu moro. E, durante esses 35 anos, nós já tivemos grandes conquistas, muitas conquistas voltadas para o social naquela região nossa ali. Recentemente inauguramos uma UBS. Há mais de 14 mil pessoas que são atendidas naquela UBS, que moram naquele território ali próximo ao Autódromo de Interlagos, da ZEIS 1.

Então, o que acontece? Todos os pontos que foram levantados aqui, que foram comentados aqui pelos companheiros, pela Vereadora Silvia, pelo Vereador Donato e demais Vereadores, desde 2018, a gente está se debruçando sobre esse PIU Jurubatuba. É um projeto que a gente não conhece muito. É um projeto novo. A gente não tem conhecimento. Nós tivemos várias reuniões e audiências para entender esse projeto. Muitas pessoas - como a gente faz parte da associação dos moradores e faz parte também da comissão da articulação desse projeto, incluindo tanto Interlagos quanto a Vila Andrade - perguntam mais o quê? “Vão tirar a gente e vão levar para onde? Para onde nós vamos se esse projeto for aprovado?” O que a gente fala? “Gente, nós estamos dialogando, discutindo sobre o projeto, tentando entender o projeto, conhecer esse projeto, saber quais são as vantagens que esse projeto vai trazer para a região e ver como é que essas famílias vão ser atendidas dentro do projeto.” Até agora, para mim também é uma coisa nova. Eu já participei de várias reuniões. Já perguntei para várias pessoas especialistas no assunto, que conhecem o assunto. Há o Guilherme, nosso companheiro, o Dito e várias outras pessoas daqui, que entendem mais do assunto que eu, pois há arquitetos e entendem da área. Até eles têm dúvidas sobre a implantação desse projeto. O que nós queremos é que todos os moradores - a gente está aqui representando todos os moradores - sejam atendidos na área onde moram. Meus netos, por exemplo, dependem da creche que está em



Interlagos. Dependem da escola, que também está em Interlagos. As pessoas que estão lá dependem daquela escola, daquela UBS, dependem de tudo ali.

Então, não é justo que essas famílias sejam tiradas de lá do seu território, da sua casa, onde estão há mais de 30 anos, que já têm um histórico naquela região, e sejam transferidos para outra região, sem necessidade. Se há recurso e vão captar recursos, 40% para investirem - que sejam investidos em habitação e sejam feitas as moradias naquela região e que as famílias sejam atendidas lá, que as famílias não precisem sair de lá e sejam atendidos, com o projeto que a Sra. Silvia defendeu aqui, chave a chave. Que construam as moradias, para depois tirem as famílias, para que não aconteça o que aconteceu na Água Espraiada. Até hoje, há famílias que estão no aluguel social com 400 reais, que não dá para nada. Estão esperando a moradia até hoje, aguardando essa moradia. Há famílias com doze ou quinze anos e, até hoje, não receberam a moradia. O que a gente não quer é que ocorra com o PIU Jurubatuba, com o pessoal da Vila Andrade e de Interlagos, ficando doze ou quinze anos esperando a moradia, sendo enganados por um projeto que aparentemente aqui é tudo maravilhoso e tudo bonito. O que nós queremos ver é na prática, quando o projeto começar a ser implantado. Vamos ver se vai acontecer da maneira que nós queremos, porque nós vamos lutar, até o fim. O projeto vai ter que ser feito, e a prioridade tem que ser as famílias e os moradores que estão naquelas áreas. O que for preciso e enquanto eu estiver vivo, podem ter certeza de eu vou lutar junto com os demais companheiros, até o fim, para que nenhuma família seja prejudicada com esse projeto.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Tem a palavra a Sra. Edith Vieira, da Comunidade City.

**A SRA. EDITH VIEIRA** – Boa tarde a todos. Eu sou liderança na Comunidade City, da Articulação Vila Andrade. Queria saudar todos aí da bancada. Doutora, adorei. Acho que meus companheiros e nossos moradores da comunidade adoraram o que a senhora falou. É chave na mão. Não há isso. Aí retiram as nossas famílias, para colocar, a Deus dará, onde? Como o meu companheiro acabou de dizer, com 400 reais.

Eu faço parte dessa liderança e ouço isso lá dos moradores dia a dia, além da fome, que estamos passando com esse Governo aí.

Eu ouvi aqui que querem fazer horta comunitário. Se a horta for da gente, porque, pelo que está parecendo, é. Só se for. Entendeu? (Palmas)

Então, horta comunitária, e a gente está com a Cetesb, com a Enel, com a Via Mobilidade, tudo em cima da gente, e as construtoras construindo. Só em volta da gente tinha quatro, mas não podiam construir para favela, não podiam construir para negra, não podiam construir para o pobre, para a classe “B”, “C”, “D”, “E”, “F”. Não podem para nós, mas hoje estão lá em volta da gente, tudo construído bonitinho. Eu trabalho lá fazendo limpeza nas casas, e eles falam: “Esses moradores vão ter que sair, porque a gente não quer abrir a janela do nosso prédio e olhar para favela”. Não querem olhar para a Olaria, não querem olhar para a City, não querem olhar para Nova Jersey, não querem olhar para a Vila Andrade, mas nós já estávamos lá. Os olhos estão fechados para a gente, e hoje a gente veio aqui para mostrar que a gente existe e a gente vai resistir. A gente vai resistir!

- Manifestações no recinto.

**A SRA. EDITH VIEIRA** – A gente fez um ato na Paulista para mostrar que nós somos grandes. Hoje nós estamos aqui; alguns companheiros foram trabalhar, outros têm filhos pequenos, outros não tinham nenhum dinheiro de condução como eu, minha companheira, mas nós viemos de carona. A gente está aqui para resistir.

Cadê as nossas ZEIS? Falam de ZEIS móveis, mas nem sei o que é isso. Falam que vão atender a gente no perímetro, mas mandam a gente para Interlagos, e de Interlagos para a Vila Andrade. A gente é boneco para ser jogado para lá e para cá. No palavreado do favelado, é isso. Eu não sou muito de falar difícil, porque eles já colocam esse ponto difícil para nós não entendemos, mas hoje a Silvia falou na nossa linguagem; como o Donato sempre diz para a gente, na nossa linguagem. E é isto que nós queremos: na nossa linguagem, para a gente entender. E nós vamos resistir e mostrar que a gente existe. Junho está aí e, se precisar, a gente vai fazer outro protesto, vamos invadir e vamos resistir sempre, porque a gente precisa morar.

Antes de a gente se vestir, de beber, de comer, a gente precisa ter moradia. Onde a gente vai colocar os nossos filhos? Grande parte das pessoas de onde eu moro e da região da líder comunitária Regina, na luta há anos, é de nordestinos, que vieram de lá do Nordeste para cá, para esta terra de São Paulo. Eles falam para mim: “E agora, para onde eu vou?”. Eles não podem voltar para trás, eles vão ficar aqui com a gente. Eu falo: “Vocês têm que resistir”.

Resistir, resistir, resistir todos os dias. Vamos resistir!

- Manifestações no recinto.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – A gente quer as nossas casas no perímetro, porque, como foi dito, se a gente tem crianças nas escolas, a gente tem os CCAs que atendem a gente da comunidade, a gente tem UBS próxima da gente, a gente vai lá para Interlagos? Eu já acho um absurdo quando a gente tem que fazer uma cirurgia ter que ir lá para Interlagos, sendo que a gente tem o Hospital do Campo Limpo e tem vários outros hospitais que poderiam nos atender, e nada.

É isso. O que a gente veio dizer aqui hoje para vocês é que a gente existe e a gente vai resistir. Vamos resistir!

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Edith.

Tem a palavra a Sra. Mara Ribeirão, da Comunidade Pantanal.

**A SRA. MARA RIBEIRÃO** – Bom dia. Parabenizo toda a Mesa. Vou me apresentar. Eu sou a Mara, uma liderança da zona Sul e eu também faço parte do grupo de articulação. Nós estamos unidos, temos um grupo de articulação do PIU Jurubatuba e tudo o que diz respeito a ele, a gente fica sabendo e a gente se articula. Da mesma forma que vocês se articulam, a gente também precisa se articular para nos defender.

- Manifestações no recinto.

**A SRA. MARA RIBEIRÃO** – Eu acho muito triste ter que vir sempre aqui, ao oitavo andar, ao Salão Nobre, para estar sempre reivindicando os direitos que vocês, nesta Casa, insistem em tirar de nós. A gente já não tem quase... Quer dizer, na legislação, a gente tem todos os direitos; na prática, infelizmente isso não acontece. Então, a gente tem que estar aqui sempre

brigando. Faz menos de um mês, talvez um pouquinho mais, que a gente esteve aqui, e a Vereadora Silvia e a Vereadora Ely Teruel estiveram aqui também, para brigar pela regularização fundiária, porque o projeto que o Secretário veio trazer aqui não existe, é uma balela.

A gente estava aqui brigando e agora novamente brigando pelo PIU Jurubatuba, um projeto que engloba os bairros de Socorro, Vila Andrade e Interlagos. Só para vocês entenderem, eu moro no Socorro próximo ao canal Guarapiranga, e eu já estive lá uma vez com a Ana, antes da pandemia. Lá tem o núcleo Ptolomeu, a Favela Marginal II e Favela Marginal III, e eu estou no Ptolomeu. Lutamos muito para conseguir regularizar aquela área. Conseguimos e estamos esperando o título de cartório; ou seja, quando você pensa que você tem uma vitória, vem isso e tira de novo, tipo um tapete puxado. Eu tenho que pedir a Deus para dar muita saúde para mim e para os meus amigos e meus companheiros de luta que estão aqui para que a gente consiga continuar lutando pelos nossos direitos.

---

O PIU Jurubatuba, de fato, é um projeto bom, mas a maioria está sem trabalho, muita gente desempregada. Vai alavancar o emprego? Sim. Só que a infraestrutura que vai ser montada, que está sendo criada, não vai garantir emprego para esses moradores, para nós. Apesar de muitos terem ido para a faculdade, terem se graduado, a maioria infelizmente, como vocês sabem, não tem estudo o suficiente para ocupar esses cargos que vão estar disponíveis. Por isso, também tem que ser oferecida qualificação para essas pessoas de fato trabalharem próximo de onde vão morar, perto de onde vão ser construídas essas grandes empresas. (Palmas)

A Cidade toda está sendo vendida dentro da Câmara, porque quem manda na cidade de São Paulo hoje são as grandes construtoras, e isso é inegável.

Eu me sinto muito contemplada pelo que a Silvia falou. Eu tinha feito anotações, mas nem vou falar tudo porque, de fato, a Silvia já falou tudo o que a gente tinha pensado. Por exemplo, esse negócio de um quilômetro de transporte, podem retirar, porque é um quilômetro do meu portão para frente, andando; não é um quilômetro de transporte. Se for um quilômetro de transporte, eu vou até a casa da minha amiga de Santo Amaro. (Palmas)

Eu sou vizinha dela, e ela vem para cá. Então, isso não faz parte. É um quilômetro a pé, não um quilômetro de transporte. Para vocês é um quilômetro de carro, que, como é veloz, vai mais longe ainda, porque, quanto mais velocidade, mais longe se vai.

O Vereador Goulart falou muito sobre parques, parque 1, parque 2, parque 3, muitos parques. Eu não tenho mais criança pequena, o meu filho hoje tem 30 anos, mas os meus vizinhos e afilhados têm crianças. Mas para que tantos parques se para serem construídos tem que expulsar quem mora no local? Esses parques são para quem? Para os ricos que vão morar lá, que vão construir? (Palmas)

O meu bairro que era uma área de manancial onde antigamente não podia fazer nada e foi uma luta para poder entrar nas ZEIS. Hoje já tem seis prédios de grandes construtoras, como a Cyrela, a Gafisa e a Emccamp construindo lá do lado do rio e da represa, uma área que se eu fosse querer construir eu duvido que o Poder Público, que o Subprefeito de Capela do Socorro ia permitir, mas as grandes construtoras podem. (Palmas)

Por isso, eu acho que a gente precisa ter mais audiências públicas para discutir o que pode ser mudado a partir do que a gente está reivindicando aqui. Além disso, ele não está completo, foi uma síntese, e eu acho que as partes mais tenebrosas estão ocultas. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Mara.

Deixando claro que nós vamos continuar fazendo audiências públicas. A próxima será lá no território. Enquanto não estiver tudo muito claro, a gente não vai parar.

Tem a palavra o Sr. Luiz Geraldo.

**O SR. LUIZ GERALDO DE OLIVEIRA** – Boa tarde a todos e a todas. Eu sou liderança da comunidade de Campo Grande- Jurubatuba. Entre moradores e lideranças, estão presentes aqui o Sr. Ananias, o Sr. Jonas, a Sra. Oleandra, a Sra. Arlete, a Sra. Laelma e o Sr. Ezânio. A gente mora nessa comunidade há 35 anos, um lugar que está ficando nobre. Por isso, a gente fica muito preocupado com esse projeto, porque ele tem que ser sensível ao território e às famílias e, no caso de remoção, que seja a três quilômetros da comunidade onde moramos e não de um ponto de ônibus ou da estação. Tem estação e ponto de ônibus em toda a São Paulo,

que é muito grande. Então, não tem sentido isso.

Moramos lá, as famílias estudam lá na região, as mães usam as creches da região, usamos o posto UBS Campo Grande. Moramos num bairro de infraestrutura muito boa e por isso a comunidade já teve alguns problemas. Há 14 anos, a gente luta para se manter lá nessa comunidade, e o problema que a gente teve foi exatamente com os empreendimentos imobiliários, porque só se dá visibilidade a essa elite financeira, e tem o grande problema com as famílias carentes. Esperamos que o atendimento seja digno, que seja um projeto de melhoria para todos. Não pode ser só para a elite financeira. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado. Vou pedir para serem mais breve, porque em 15 minutos nós temos que entregar este salão.

Tem a palavra o Sr. José Gonçalves.

**O SR. JOSÉ GONÇALVES** – Sou José Gonçalves, da União dos Movimentos Populares. Não ao feirão de imóveis desse PIU! (Palmas)

De acordo com uma lei do dia 04/12/2009, todas as áreas ociosas do INSS da malha ferroviária e da Marinha são destinadas ao Minha Casa, Minha Vida. Na Cidade Dutra, em Santo Amaro, na Granja Julieta, no Brooklin, em toda aquela região, são 178 imóveis que estão para leilão e não vão deixar. Por isso, nós queremos o apoio desta Casa para que todos os companheiros, se tiverem que ser removidos, que fiquem nessas áreas de lá, que já estão nesse PIU.

- Manifestações no recinto.

**O SR. JOSÉ GONÇALVES** – Dali não saio, dali ninguém me tira! Nós vamos ficar na zona Sul. Valeu! (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado José.

Tem a palavra o Sr. Fernando Botton, arquiteto.

**O SR. FERNANDO BOTTON** – Bom dia. Obrigado pela oportunidade. Eu sou Fernando, sou arquiteto popular e faço parte da articulação da Vila Andrade junto com essa companheirada. Vou ser breve, porque eu acho que a fala deles já foi mais do que importante,

porque são eles que representam o território social que foi tão falado. São essas pessoas, essa população que tem que usufruir desse projeto, que no papel, como todos já falaram, é tão bonito, mas são elas que moram lá há mais de 50 anos e têm uma relação com o território. Daí a importância da permanência delas e da permanência das ZEIS. Não as ZEIS móveis, porque essas pessoas têm o direito à dignidade e é importante que elas continuem nesse lugar.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Fernando.

Tem a palavra o Sr. Leonardo Maglio.

**O SR. LEONARDO MAGLIO** – Bom dia a todos e todas. Presidente, parabéns pela audiência. Represento aqui o Vereador Toninho Vespoli, que não faz parte da Comissão de Política Urbana, mas o seu mandato acompanha as políticas urbanísticas e ambientais da Cidade, além de acompanhar de perto a Revisão do Plano Diretor, a tramitação dos projetos de PIUs e Operações Urbanas.

Eu quis ser o último a falar porque assim a gente consegue perceber como a questão habitacional é o grande problema de todos esses projetos, e a reclamação é sempre a mesma. Evidentemente que qualquer Operação Urbana dessa magnitude deveria ter a questão habitacional como prioridade, e não é. Lendo o texto, fica claro que a questão habitacional não é uma prioridade desta gestão. Nesse caso específico, o artigo 16 realmente assusta, porque ter um ZEIS que na sua essência é a garantia para que aquelas pessoas permaneçam exatamente naquele local, e exatamente naquele local ele se tornar móvel, como está previsto no texto, é uma coisa fora de precedentes. Eu nunca tinha visto uma coisa nesse sentido.

É fundamental que seja chave a chave. Não tem como que não seja dessa forma. A gente já viu outras Operações Urbanas, como a Operação Urbana Água Espreada e, se não for desse jeito, não vai acontecer. Então, realmente tem que pleitear o modo chave a chave.

Outro ponto que eu queria abordar é a ambiental. A gente percebe que a ausência de políticas habitacionais concretas acaba trazendo conflitos que ficaram evidentes nesta reunião, como o fato de a própria população ser contra a criação de um parque. Por falta de

políticas habitacionais, a população é contra parques urbanos; ou seja, a falta de uma política decente de habitação traz conflitos num momento em que a gente está em emergência climática, em que a gente precisa, sim, de mais áreas verdes. Se a gente não trabalhar forte a questão habitacional, a gente vai acabar com isso e vai ter esse tipo de conflito que, infelizmente é causado pela própria gestão.

Então, isso precisa ser resolvido também com uma maior celeridade, porque é uma questão fundamental.

A questão dos estudos ambientais prévios de impacto de projetos dessa magnitude já foi apresentada pelo Ministério Público, mas a Prefeitura resiste à necessidade de se fazer um EIA-Rima. Segundo a Política Nacional do Meio Ambiente e as resoluções do Conama, projetos dessa magnitude em território de cidades precisam, sim, de EIA-Rima, e isso precisa acontecer.

Obrigado. (Palmas)

---

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Leonardo.

Tem a palavra a Sra. Paula Alves de Miranda, participante da Escudero & Ziebarth, está *on-line* ou não? (Pausa) Não. Tereza Djane Arrais. (Pausa) Claudia Souza Cruz Marcondes. (Pausa) Milena Andrade de Oliveira. (Pausa) Já que essas pessoas não estão presentes, vamos ouvir a resposta da Ana.

**A SRA. ANA CARVALHO DE MORAES BARROS** – Eu vou tentar ser breve e tentar condensar as respostas para que todos sejam atendidos. Começo primeiro dizendo que o objetivo desta Casa é aprimorar esse projeto de lei. Nós tivemos um hiato nas discussões desde 2018. A nossa grande preocupação era não interferir nas ZEIS e garanti-las. Se não ficou claro dessa forma, nós temos que rever esse texto, porque não existe ZEIS móveis e ninguém está mudando o parâmetro, a localização das ZEIS. Eu acho que é uma má compreensão do texto. Então, vamos redigir juntos esse novo texto.

Tínhamos muita preocupação que as pessoas não fossem deslocadas para áreas isoladas, e por isso que saiu o um quilômetro a partir dos meios de transportes, mas podemos melhorar para que seja atendido dentro dos perímetros das AIUs. Aí vamos ter que ver terreno,



etc. e tal.

Vamos lembrar que a política habitacional é da secretaria. Então, a gente não faz nada sozinho dentro do PIU. É a Secretaria da Habitação que constrói essa política e aí o PIU viabiliza os meios de implementação, por isso que nós inserimos os perímetros do Renova porque já é uma política da secretaria.

Queria muito ressaltar uma coisa importante. Fizemos audiências no momento. Fizemos três audiências públicas no local. Fomos à noite à Associação Comercial de Santo Amaro. Fomos ao CEU Casa Blanca no sábado, fomos à Cidade Dutra.

Conheço as pessoas. Conheço a Tereza, conheço a Mara, o Roberto já foi lá na São Paulo Urbanismo, o Guilherme se formou. Parabéns, Guilherme, foi nosso estagiário. O Sr. Francisco me liga. Ele tem uma banca e me liga da rua. Então, tem mais gente. O Luis também eu conheço. Quer dizer, nós estamos abertos.

Aí eu abro para Fabiana. Fabiana, vá lá. Vamos ver qual é o melhoramento viário que está interferindo na sua casa. O que eu acho é que não dá para dizer que a gente não foi transparente. Está no *site*. Se tem dificuldade do *site*, ele bem colocou que não é todo mundo que consegue entender o que está no *site*, então, vamos conversar. O Sr. Francisco me liga do celular da rua. Ele falou: “Ana, estou aqui e preciso achar alguém para deixar na minha barraca para ir a São Paulo Urbanismo.” Eu atendo.

Então, nós estamos abertos porque é nesse fórum agora - nós tivemos esse ato. Tínhamos um prazo legal para entrega do PL, que o Plano Diretor definiu. Então, corremos com a entrega, mas fizemos as audiências e agora estamos em uma rodada de discussões para melhorar esse PIU.

Queria responder ao Vereador Frange que o PIU não incide sobre perímetro de área de manancial. Ele está totalmente fora da área de manancial. E aí, então, eu acho que nós temos que ver realmente os gabaritos. Vamos ver nesta Casa, a gente discutiu isso para consolidar um projeto melhor para todo mundo.

Constituição de conselho gestor de ZEIS é obrigação de Sehab. É uma competência

de Sehab. Então, o que eu acho que constituir o conselho gestor de ZEIS no momento do projeto não temos como fugir. Vamos ter de constituir e conversar sobre os projetos.

Quando vocês olham aqui, Mara, não são os melhores momentos para esconder o resto. É porque muita coisa não foi detalhada, porque vai ser detalhado no projeto funcional. Muita coisa já foi construída. Você sabe que ali na frente do Guarapiranga onde vocês têm, a gente mudou o projeto. A gente mudou e manteve o conjunto que estava ali e retiramos o viário que atingia isso, quer dizer, nós estamos fazendo um projeto junto com vocês.

A mesma coisa ali junto do canal que tem perto do Eusébio Stevaux. Reduzimos a intervenção que era um parque do lado do Córrego. Retiramos e deixamos as famílias, só fizemos um pontilhão para que as pessoas possam passar. Todos os melhoramentos viários que ficaram no final são em um número muito menor, com dimensões menores, até como orientação de Sehab que falava: “olha, para áreas de ZEIS, você pode ter um viário de caixa menor.”

Em questão de capacitação da população, a gente tem essa preocupação, sim. Então, ali no Socorro, se vocês olharem no projeto, tem uma área destinada a implantação de um equipamento que a gente já vinculou à capacitação profissional.

Muitas vezes, desculpe, Elis, temos uma linguagem técnica e talvez não consigamos demonstrar o projeto realmente como é, mas não se preocupe, venha conversar com a gente e vamos nesse momento detalhar melhor e construir.

Tenho uma última colocação sobre a área da CTEEP. A gente não tem domínio sobre a área da CTEEP. É uma área de uma companhia. A gente não tem domínio, a gente não tem competência sobre essa área. É uma área de propriedade de uma empresa.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. ANA CARVALHO DE MORAES BARROS** – Sim, então, mas o que acontece? Tem área de risco. Lembro das primeiras audiências da Michele. Lembram que ela morava embaixo da área de linhão? É uma área de risco, tem problema de insalubridade. Ela tem quatro filhos que já devem estar grandes até.

Então, o projeto não pode implantar habitação debaixo de uma área de linha de alta

tensão.

**O SR. ANTONIO DONATO** – Ana, só para a gente entender o que a gente está conversando. A área que tem duas mil famílias está embaixo do linhão, evidente que não é adequado ficar embaixo do linhão...

**A SRA. ANA CARVALHO DE MORAES BARROS** – Isso.

**O SR. ANTONIO DONATO** – Está no perímetro do PIU. Existe uma relação ou pelo menos uma conversa? Porque tem uma destinação aquela área no PIU. Vocês têm um projeto para aquela área. Você mesmo falou que está conversando com a CTEEP. O que a gente gostaria é que a Prefeitura junto com os moradores pudesse fazer uma mesa para ver de que maneira é possível sair desse impasse de não ter a remoção dessa forma até porque tem um projeto para área. Então, a Prefeitura ser participe desse problema e não se simplesmente dizer que é um problema da CTEEP com os moradores. É isso que a gente está pedindo.

Sei que não é a sua secretaria. A gente pede para a Secretária Bete França - ela não está subordinada ao João Farias? Está subordinada?

Eu sempre te tratei como secretaria. Merece inclusive. Mas queríamos a intervenção da Secretaria da Habitação para fazer essa mesa de moradores, CTEEP, Secretaria da Habitação porque esse problema vai cair no colo da Prefeitura. São duas mil famílias que vão à rua. A gente não pode ignorar. Tem uma oportunidade porque está no perímetro do PIU. Portanto, uma solução mesmo que seja de médio prazo pode entrar na negociação, inclusive judicial. Por isso que gostaríamos que a Prefeitura participasse disso. Se a gente pudesse marcar isso, agradeceria muito. (Palmas)

**A SRA. ANA CARVALHO DE MORAES BARROS** – Prefeito, Vereador. É isso mesmo.

Essa semana eu atendi uma arquiteta da Sehab Renata Milanese que foi com o projeto Renova para fazer essa interação PIU, projetos Sehab e área da CTEEP. Isso está andando. Mas o que estou dizendo é que o PIU não foi aprovado. Ele está sendo tratado pela secretaria e nós estamos fazendo essa interlocução. Foi segunda-feira o atendimento. Isso está

alinhado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Vereador Donato, acredito que podemos utilizar a Câmara para que a gente possa promover a reunião específica sobre esse tema. Chamaríamos todos os atores, todas as pessoas que têm interesse nesse tema porque é muito específico e faríamos uma reunião, com certeza, para chegar a um ponto em comum.

Se V.Exa. concordar e a Comissão também concordar. Teremos oportunidade de tratar isso com transparência, aberto para todos.

**O SR. ANTONIO DONATO** – Concordo.

Sr. Presidente, só peço para marcarmos com urgência porque o assunto é urgente. Concordo plenamente com a sua proposta, mas que pudéssemos marcar com rapidez.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Então, a assessoria do Vereador Donato fica em contato com o Inamar. O Inamar fica responsável para priorizar esse assunto específico dentro do Jurubatuba. Não vamos votar Jurubatuba sem conhecê-lo. As audiências públicas acontecerão no seu tempo.

O que não queremos deixar é contaminar uma discussão dessa com o período de agosto, setembro, quando estaremos discutindo eleição. Aqui não tem eleição. Esse assunto aqui é política pública. A gente não politiza esse processo. Então, não queremos deixar para aquele momento, por isso que estamos tentando fazer o máximo possível para que todos tenham uma compreensão do território e o que vai acontecer.

Ana, mais alguma coisa?

**A SRA. ANA CARVALHO DE MORAES BARROS** – Acho que respondi de maneira geral a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Armênio, você quer falar? A Bete França se quiser falar, ainda temos 13 minutos.

Bete, onde você estiver você é Secretária de Habitação.

**A SRA. ELISABETE FRANÇA** – Boa tarde a todos.

Obrigada por essa oportunidade. Eu teria algumas questões a esclarecer, mas eu

acho que a Ana já esclareceu. Não existe ZEIS móvel. ZEIS é ZEIS, está demarcada e pronto. Então, há uma incompreensão que a gente precisa esclarecer. Também, como política habitacional da atual gestão do Prefeito Ricardo Nunes...

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. ELISABETE FRANÇA** – Não existe ZEIS móvel. Você sabe disso, Dito, porque você é advogado. É garantido pelo Plano Diretor.

Em relação à política habitacional que vocês trouxeram suas preocupações aqui, eu acho que está claro inclusive no Plano de Metas do Prefeito Ricardo Nunes que a prioridade desta Prefeitura é habitação. Temos responsabilidade de construir 50 mil unidades habitacionais de todas as formas possíveis e imagináveis para cumprir o Plano de Metas.

Então, acredito que o PIU Jurubatuba vem auxiliar nessa construção porque tradicionalmente a zona Sul quando você atravessa as pontes, é uma área meio abandonada. A maioria dos Vereadores conhece bem a região e o PIU veio para dizer “olha, após a ponte também faz parte da Cidade”.

Com certeza, o PIU vai facilitar a construção de unidades. Não é política da Prefeitura - quem conhece a nossa atuação, inclusive o Secretário João Faria tem feito um esforço enorme para que isso seja conduzido - mover pessoas para áreas distantes. Isso não existe também. Tanto é que a Câmara aprovou recentemente um projeto também de ampliar o território da Operação Faria Lima para incluir a favela de Paraisópolis e assim ajudar nos investimentos da região. Não sei se vocês acompanharam. Foi uma decisão importantíssima da Câmara.

Então, eu falo como a Ana: Fiquem tranquilos. O Secretário não compareceu hoje porque ele tinha outro compromisso com o Prefeito, mas com certeza levarei a ele essa necessidade que vocês estão apresentando em relação a essa área. Eu até perguntei a ele no WhatsApp e ele disse que não foi conversado ainda com ele, Vereador Donato, sobre as áreas da CTEEP. Ele está lá à disposição.

Vocês têm aqui a garantia nossa de que não há remoções sem atendimento nesta gestão. Estou lá no Guarapiranga. Como o Vereador Paulo Frange disse, estamos construindo

oito mil unidades habitacionais para as áreas que estamos urbanizando.

O Vereador Paulo Frange falou sobre uma questão importantíssima que é a revisão desses controles de crescimento, especialmente na região das ZEISs. Você não pode construir a mais. Então, no Plano Diretor, eu recomendaria que a gente tentasse fazer esta modificação para trazer mais possibilidades de habitação nessa região tão carente.

Fiquem tranquilos. Vou voltar, vou falar com o Secretário e colocar as preocupações que também são dele e do Prefeito. Estamos aqui garantindo não há ZEIS móvel, não há remoção sem relocação e não há relocação distante da região que as pessoas morem. Podem ter certeza que...

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. ELISABETE FRANÇA** – Não, vai ser documentado. Fique tranquilo. Muito obrigada. Está gravado. (Palmas)

Obrigada, Vereador Paulo Frange.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Bete.

Secretário Armênio.

**O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ** – Vereador, vou só fechar porque já está tarde também. Quero agradecer todo mundo.

Acho que o que a Bete e a Ana falaram está dentro do objetivo desse PIU. Só quero falar uma coisinha que foi falado várias vezes aqui. Não existe papel fantástico, maravilhoso. Eu quero falar sobre isso. Eu sou arquiteto também. A Bete também era minha colega de movimento estudantil. A Ana é colega arquiteta também. Não existe papel maravilhoso. O projeto que a gente faz é para ser de verdade, não é para virar um papel pintado. Eu não pinto papel. Eu estou lá para produzir habitação para vocês. Essa é a orientação do Secretário, essa orientação do Prefeito. Para quê? Para melhorarmos a condição de vida das pessoas na nossa Cidade, diminuir a desigualdade, melhorar a qualidade de vida. É esse o objetivo do PIU.

E aí quero falar rapidamente uma questão que a seguinte: quanto mais o PIU demora para existir efetivamente, nós estamos perdendo recursos, porque o PIU vínculo o recurso

daquele prédio que você está vendo construir ao lado da favela. Ele pega o que aquele cara pagou para Prefeitura e coloca naquele território. Enquanto o PIU não aprova, esse dinheiro vai ao Fundurb e vai atender as demandas legítimas que a Cidade inteira tem.

A partir do momento da aprovação do PIU, esse recurso que entra daquele prédio que está construindo ao lado da comunidade vai para atender o PIU. Agora, o PIU não é um projeto que vai estar lá dizendo que a rua vai ter 14 m de largura. Ele vai vincular esse recurso a este território. Depois que o recurso estiver vinculado ao território, a gente pode fazer projeto, a gente pode ver se nós vamos atender 327 ou 330 pessoas naquela comunidade. Por que isso? O tamanho do terreno vai dizer. Se não der para atender os 330, os três que faltaram vão estar ao lado. Se não é a um quilômetro, que seja a 300 m. E aí a lei vai dizer isso.

Então, pode melhorar a lei, mas tem limite. Vamos parar de pintar papel. Vamos para a realidade que esta é a orientação que a gente recebe na SMUL, na Sehab e é o objetivo do Prefeito também.

Só queria mencionar e agradecer a todo mundo para dizer que o estamos à disposição na SMUL e no apoio que a São Paulo Urbanismo dá para viabilizar e isso enquanto uma forma de atender a demanda habitacional da cidade.

Dentro dos parâmetros que foram colocados que às vezes não são parâmetros do PIU, são parâmetros do PDE, do Plano Diretor Estratégico, são parâmetros das leis da cidade de São Paulo, do Brasil. São leis que existem. Então, vai ter conselho gestor? É que tem uma lei que obriga ter conselho gestor. Não adianta a Bete inventar que não tem, vai ter. Entendeu? Vai ter conselho gestor a partir do momento em que a intervenção na ZEIS for determinada.

Agradeço. Estamos à disposição sempre.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) –** Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Tereza.

**A SRA. TEREZA DJANE ARRAIS –** Preciso me retratar, porque a gente tem que ser justo. Quando a gente está cobrando, a gente também tem de dizer o que ocorreu de fato durante esse ano todo de luta que a gente tem desde 2018. A nossa provocação e a nossa participação

nas audiências públicas levaram até ao nosso território o presidente a época que era o José Armênio e a equipe técnica para conhecer o que tanta gente falava sobre o Renova, sobre o Pirajussara 7 e sobre a incidência do PIU no nosso território.

Então, estou me retratando aqui para dizer que ele esteve lá e a equipe técnica, mas a gente precisa avançar e a gente precisa melhorar. Essa cobrança a gente tem que fazer.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.**

Esse projeto está na Comissão da Política Urbana. Temos aqui sete Vereadores. Vocês têm ligação com 55. Aquilo que for demanda de vocês podem encaminhar para gente por e-mail, pode telefonar para cá, pode vir presencialmente conversar conosco. Também pode conversar no Executivo. O fato é que, de agora para frente, toda a descrição de mudanças acontecerá na Câmara. Lógico, que tendo todo o suporte da Secretaria para nos acompanhar e orientar para que não tenha nada que possa depois ser vetado. Não adianta votar e depois ser vetado.

Vamos ter duas audiências públicas lá no território de vocês pelo menos. Uma será no Senac. A outra vamos encontrar lugar. E, mais essa da CTEEP que seria bastante interessante não só para lá, como para São Paulo todo.

Quero agradecer a todos pela oportunidade de nos oferecer e trazer o conhecimento para que a gente possa levar até vocês. Espero que tenha sido proveitoso. A nossa missão enquanto membro da Comissão de Política Urbana, os sete Vereadores, é ouvir ao máximo vocês porque vocês vivem o território. E, do nós de cá, acabamos apenas tratando do assunto no projeto e mesmo conhecendo o território. É muito importante essa interação.

Tenham todos uma boa tarde e um bom retorno. Muito obrigado.